

KAREN LORAINÉ KRAULICH

**MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DAS EXPROPRIAÇÕES EM ITAIUPULÂNDIA,
PARANÁ (1979-2011)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado à Banca Examinadora, como requisito básico para a obtenção do título de Licenciatura Plena em História, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon.

Orientador: Prof. Dr. Vagner José Moreira

**Marechal Cândido Rondon
2011**

KAREN LORAINÉ KRAULICH

**MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DAS EXPROPRIAÇÕES EM ITAIUPULÂNDIA,
PARANÁ (1979-2011)**

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em História, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon, pela seguinte Banca Examinadora.

Prof. Dr. Vagner José Moreira
Orientador

Profa. Dra. Aparecida Darc de Souza
Banca Examinadora

Profa. Ms. Judite Veranisa Schmitt
Banca Examinadora

Marechal Cândido Rondon
2011

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que me abriu uma janela, quando aporta mais significativa da minha vida foi fechada. Agradeço a Minha Santinha, àquela que me escutou tantas noites e que nunca, nunca deixou de me atender. A conclusão deste trabalho é mais uma prova disso.

À minha mãe, Maria Lourdes, o meu eterno agradecimento. Não pelas milhares de coisas que fez por mim quando estive na Universidade, a estas eu posso agradecer pessoalmente. Quero deixar registrada aqui a minha gratidão, por sempre cuidar de mim, por me educar, me ensinar tudo aquilo de bom que hoje eu sei da vida. Por nunca ter desistido de mim, por ter me apoiado em tudo que quis fazer, por ter me ensinado o valor de se ter uma família, amigos, de viver perto de quem a gente gosta, por ter me deixado sair de casa tão cedo e com isso me proporcionado os anos mais felizes da minha vida, fazendo a coisa que mais amei no mundo: jogar vôlei. Obrigada pela dedicação sem fim com a minha cirurgia e por ter me feito acreditar que sim, as coisas dariam certo. Mãe, você é a pessoa mais amada, mais linda de toda a minha vida. Obrigada por tudo, TUDO que sempre fez por mim. E eu te amo tanto, tanto!

Ao meu pai, Rene, pelo apoio, pelas conversas, por confiar em mim e nas decisões que tomei ao longo da vida. Custou muito, mas obrigada por entender que embora você queira me proteger de tudo e de todos, eu realmente preciso fazer as coisas do jeito que penso estarem certas, e mesmo que não estejam, preciso aprender a errar também. Sei que o seu amor por mim é o maior do mundo, igual ao meu por você, e por isso sei que posso voltar para o seu colo, sempre que algo der errado, ou simplesmente por querer ser sempre a sua número 1.

Às minhas irmãs, Karina e Keila, que apesar de brigas bobas e discussões absolutamente normais em uma casa com três mulheres teimosas, são meus amores, incondicionalmente. Obrigada por estarem sempre presentes na minha vida, pois sei que sem vocês, não teria a menor graça. Sempre estarei aqui por vocês duas!

Ao Franthiesco, meu namorado, por aguentar junto comigo todos os problemas que passamos, por cuidar de mim e não deixar que surtasse em meio a isso tudo. Obrigada por ficar do meu lado, por toda a força que me deu, por confiar e acreditar em mim, sempre. Sei que não fui uma pessoa fácil, especialmente este último ano e você, muitas vezes foi quem mais me trouxe paz, tranquilidade. Obrigada pelas inúmeras viagens de ônibus que fez para poder me ver, e por ficar comigo, mesmo quando não podia. Obrigada pelos seus cuidados

quando mais precisei, e por sempre estar disposto a me deixar feliz. Eu amo você, mais do que imagina, e quero que seja sempre assim!

Aos meus amigos, Gustavo Tristoni e Rúbia Mara Tadiotto, agradeço por estes quatro anos que estivemos juntos, pela amizade que foi se construindo e que hoje está mais forte do que nunca, tenho certeza. Sabem, quando dizem que na faculdade encontramos amigos para o resto da vida? São vocês dois! Nunca vou esquecer vocês, nem tudo aquilo que passamos juntos. Eu realmente os amo demais, e como já disse antes, não sei o que seriam destes quatro anos sem vocês! Estejam certos de que estão presentes, para sempre, em cada uma das lembranças mais felizes que vou levar daqui. Obrigada por me darem suporte, um ombro amigo, conselhos, ou simplesmente por estarem perto de mim. Vou sentir tanto a falta de vocês, para sempre, meus amigos!

À Ana Cláudia Branchi Durães, que entrou em minha vida neste último ano e vai continuar sempre. Ana, você é um exemplo de vida, de ser humano, que vou levar comigo seja onde for. Você tem um futuro lindo, sabe disso, pois merece mais do que qualquer um. E eu, eu te amo, muito, sua linda!

Às minhas amigas de Itaipulândia, Daiane Dias, Cândida Camila dos Reis e Carla Eckert que sempre estiveram comigo estes anos todos mesmo que não morasse mais lá. Meninas, amo muito vocês e obrigada pela amizade tão linda que sempre tivemos. Itaipulândia sem vocês, não tem a menor graça. Também ao Luis Eduardo Dias, por não ter me deixado passar fome, cozinhando para mim quase todos os dias. Gosto muito de você Dudu, sabe disso.

Aos professores da graduação, por tudo que me ensinaram, dentro e fora da sala de aula. Em especial à professora Aparecida Darc de Souza, pelo grande exemplo como professora e como pessoa que foi para mim, obrigada por ter me escutado quando precisei, pelos conselhos e conversas que não foram poucos, ao longo destes quatro anos. Esteja certa de que depois daqui, quando me perguntarem sobre o professor que mais me marcou na vida, o seu nome será o primeiro que me virá à mente. Muito, muito obrigada, por tudo que fez por mim.

Ao meu orientador, professor Vagner José Moreira, por me aceitar como orientanda aos 45 minutos do 2º tempo, por toda a atenção que me deu no decorrer deste ano, por entender meus atrasos, minhas dificuldades, especialmente em relação a horários. Obrigada por tudo Vagner, de verdade, muito obrigada!

Aos professores do Colegiado do Curso de Letras, que como prometido, citados um a um: Alceu João Gregory, Antonio Donizeti da Cruz, Ciro Damke, Clarice Cristina Corbari,

Clarice Lottermann, Clarice Nadir vonBorstel, Elise Schmitt, Ellen Mariany da Silva Dias, Izabel Cristina Souza Gimenez, JandirQeveha, João Carlos Cattelan, Leda Aquino, Luciane Thomé Schroder, Márcia SipaviciusSeide, Maria Beatriz Zanchet, Mirian Schroder, Nelza Mara Pallú, Osnir Pereira Barbosa, Rita Maria DecarliBottega, Rita Felix Fortes, Roselene de Fátima Coito, Sueli EikoTakashimaTierling, Tânia Aparecida Martins, Terezinha Corrêa Lindino, Verônica Constanty e Ximena Diaz Merino. Obrigada por tudo que fizeram por mimdurante o ano em que trabalhei com vocês, pela amizade construída, pelo apoio que sempre me deram, por deixarem muitas vezes os afazeres para o outro dia só para que eu pudesse estudar para uma prova, ou seminário. Agradeço muito por ter tido este tempo com vocês, que como já disse, são pessoas maravilhosas, das quais eu gosto muito e levarei para sempre. Obrigada também por entenderem quando pedi para trocar de função, e assim terminar este trabalho, não apenas compreenderam como me apoiaram, como sempre. Professores, de coração, muito, muito obrigada por tudo!

À Carla Conradi, que além de professora se mostrou uma grande amiga. Carla, muito obrigada pelas conversas ótimas e pelas cervejas que tomamos. Você é uma pessoa muito querida e agradeço muito por toda ajuda que me deu, dentro e fora de sala, durante esse tempo todo.

Obrigada a todos vocês, que cada um a sua maneira, contribuiu muito para a conclusão desta etapa tão importante da minha vida!

*Why don't presidents fight the war?
Why do they always send the poor?*

(B.Y.O.B - System of a Down)

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Eu **Karen LoraineKraulich**, declaro para os devidos fins que o conteúdo deste Trabalho de Conclusão de Curso é de minha exclusiva autoria, assumindo, portanto totais direitos e responsabilidades sobre ele.

KAREN LORAIN KRAULICH

ASSINATURA

RESUMO

KRAULICH, Karen Loraine. **MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DAS EXPROPRIAÇÕES EM ITAIUPULÂNDIA, PARANÁ (1979-2011)**.2011. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

Este trabalho tem como objetivo principal a análise acerca da memória do município de Itaipulândia – Paraná. Emancipado no ano de 1993, a cidade possui como principal fonte de arrecadação o recebimento dos *royalties*, pagos pela Usina Hidrelétrica de Itaipu, pelo alagamento de mais da metade de seu atual território devido à construção da barragem. Neste sentido, este estudo tem como recorte temporal o final da década de 1970, quando se iniciam as obras para a construção da Usina e também as negociações com os moradores dos locais que seriam atingidos. A história desta cidade se encontra diretamente ligada a estes acontecimentos, uma vez que sua emancipação só se tornou realidade após o alagamento e a vinda de moradores de localidades atingidas para o distrito de Aparecidinha do Oeste, atualmente Itaipulândia. Procura-se entender nesta pesquisa, a forma como a memória deste lugar vem sendo preservada. Para tanto, foram analisados muitos dos materiais presentes na “Casa da Memória”, uma espécie de Museu municipal. Através destas fontes, se tornou possível entender qual é a história da cidade que o poder público procura tornar hegemônica, e quais são os personagens que ganham destaque neste passado. Através da análise destes materiais e da produção de fontes orais, pode-se perceber que existem muitos sujeitos que permanecem ocultos na história “oficial” de Itaipulândia, sendo, muitas vezes, limitados a uma figura, construída de maneira idealizada, o “colonizador”.

Palavras-chave: Construção da Memória; Colonizador; Expropriações.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: A história e a historiografia sobre as hidrelétricas no Oeste do Paraná e no Brasil: apontamentos	15
CAPÍTULO II: A Casa da Memória de Itaipulândia: a ocultação, no presente, de certo passado.....	28
CAPÍTULO III: “Por falta de terra pra trabalha o irmão dele foi pesca e morreu na água pescando nesse lago, nesse maldito lago de Itaipu”: Memórias da expropriação...46	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
FONTES	65
REFERÊNCIAS	67

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa bibliográfica e documental tem como objeto principal de estudo a memória do município de Itaipulândia, a forma foi sendo construída ao longo do tempo, personificando a figura de alguns sujeitos em detrimento de outros, deixando muitos personagens alheios ao passado desta cidade. Seu recorte temporal vai do final da década de 1970, período em que se iniciou a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, fato este que está diretamente ligado à emancipação de Itaipulândia em 1993, indo até os dias de hoje, 2011.

No desenvolvimento deste estudo, esta questão se tornará mais evidente, à medida em que se percebe que a memória da cidade vem sendo construída, e nela preservada a figura do “colonizador” quase como a personificação de um herói, que é como vários sujeitos, vindos, a partir da década de 1960 para a região, querem ser reconhecidos. O objetivo central, partindo desta análise acerca da memória, é entender que existem tantos outros sujeitos, que em certa medida ficam limitados a esta imagem do “colono”, passando a ideia de que estas pessoas são iguais entre si, como se suas trajetórias de vida, seu passado fossem o mesmo.

Neste sentido, buscou-se primeiro mostrar de que forma a memória da cidade vem sendo construída, no sentido de limitar as ações destes sujeitos à figura do “colonizador”, que embora tenham um passado em comum, não significa que suas experiências vivenciadas sejam as mesmas. Após esta análise acerca da construção da memória, entrevistas foram realizadas com alguns destes sujeitos, que a partir da década de 1960 se mudaram para localidades que hoje formam o município de Itaipulândia e que têm como passado em comum o fato de terem vivenciado o processo de expropriações e indenizações de suas terras para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

A justificativa para se abordar a questão da construção de Itaipu nesta pesquisa é porque foi devido ao alagamento de grande parte das terras que hoje formam o território da cidade em 1982, é que Itaipulândia, na época denominada Aparecidinha do Oeste, pertencente, então ao município de São Miguel do Iguçu, tornou-se município dez anos mais tarde, em 1993. Cabe destacar que muitos distritos e localidades menores da região de abrangência do atual lago de Itaipu foram submersos com a construção da represa no Rio

Paraná, sendo que de alguns a área total e, de outros, partes, sendo o mais conhecido deles o distrito de Itacorá.

Como se vai perceber mais adiante, esta localidade era vista por muitos como “desenvolvida”, tendo em vista que grande variedade de comércio se encontrava ali. Itacorá tornou-se distrito administrativo de São Miguel do Iguaçu já na década de 1960, mais precisamente em 1966. Com a construção da represa no Rio Paraná para a edificação de Itaipu, todo o território desta localidade ficou submerso, e grande parte de seus moradores mudaram-se para a então vila de Aparecidinha do Oeste, que mais tarde, em 1993, emancipou-se e passou a se chamar Itaipulândia. Também foram transferidos para Aparecidinha, muitos dos comércios existentes em Itacorá, mercearias, farmácia, posto de combustível, assim como escola, hospital, entre outros.

Neste sentido, este processo do alagamento, que muitas famílias vivenciaram em várias vilas desta região, está bastante presente na memória da cidade de Itaipulândia. Pois com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, estas localidades se transformaram, muitas foram totalmente submersas. E, a partir disto, com a mudança da vila de Itacorá para Aparecidinha do Oeste, a partir da década de 1980, e o dinheiro que o alagamento traria para as prefeituras dos municípios atingidos, é que se iniciou em 1992, o movimento pela emancipação desta vila, que se efetivou em 1993.

O uso da fonte oral possibilita o contato e o diálogo com estes sujeitos que durante muito tempo ficaram apenas como espectadores, não sendo reconhecidos enquanto sujeitos de sua própria história. Nesta conjuntura, buscou-se pessoas que vivenciaram a questão da expropriação e do alagamento de suas terras de formas diferenciadas.

Sobre esta questão das narrativas orais, Khoury aponta que:

Ao narrar, as pessoas interpretam a realidade vivida, construindo enredos sobre essa realidade, a partir de seu próprio ponto de vista. Neste sentido, temos esses enredos como fatos significativos que se forjam na consciência de cada um, ao viver a experiência, que é sempre social e compartilhada, e buscamos explorar modos como narrativas abrem e delineiam horizontes possíveis na realidade social¹.

É preciso entender que, em seus relatos, os sujeitos falam do passado de acordo com as experiências que viveram e com os significados que atribuem a elas. Embora a memória narrada seja algo social, em que vários sujeitos estão inseridos, de formas distintas, cada um pode falar sobre os acontecimentos de um jeito, de acordo com seu ponto de vista. Cabe ao

¹ KHOURY, Y. A. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004. p. 125.

entrevistador compreender estes sentidos que as pessoas dão ao passado, que são sentidos pessoais, próprios, e, só então, trabalhar com eles, inseridos no coletivo.

A produção de fontes orais tornou-se uma importante ferramenta na mão do pesquisador, afinal, conversar com pessoas que vivenciaram os fatos que se pretende estudar, pode revelar muito mais do que livros, documentos, registros oficiais. Segundo Alessandro Portelli: *Os oradores, livres de responsabilidades em relação à memória social, podem colocar sua própria subjetividade e experiência no centro do relato*².

Assim, ao narrar a sua história, o entrevistado não tem obrigação em manter a versão que consta em documentos oficiais, pode falar de acordo com suas experiências, e atribuir seus próprios significados. A responsabilidade de analisar e interpretar as narrativas cabe ao pesquisador.

As narrativas orais podem levar a várias perspectivas sobre um mesmo fato histórico, diferentes das versões oficiais, que durante muito tempo foram impostas como únicas, imutáveis e como detentoras da verdade. Conversando com estes sujeitos pode-se perceber que, mesmo narrando o passado de acordo com suas experiências pessoais, algumas falas aparecem de forma semelhante, passando a ideia de uma memória social e compartilhada. Em outros casos, alguns fatos são contados de formas diferenciadas, deixando claro que o passado não é visto da mesma forma por todos aqueles que o vivenciaram.

Alessandro Portelli aponta algumas das características presentes na História Oral. Para o autor:

O elo entre a fala oral e o tempo aumenta os valores de imediação, da improvisação e da espontaneidade. Desde que a escrita assumiu suas responsabilidades, a oralidade ficou livre para fluir e mudar com o tempo, ao invés de tentar resistir a qualquer custo³.

Desta forma, os entrevistados não possuem a responsabilidade de atribuir às suas narrativas o mesmo sentido que é dado à memória oficial, neste caso, sobre o processo de expropriação e alagamento de suas terras para a construção da Hidrelétrica de Itaipu. Eles podem falar sobre suas experiências vividas, e no que este passado contribuiu, ou não, para o modo como organizam suas vidas hoje. O narrador fica livre para incorporar sua subjetividade, enquanto conta sobre o passado, que estará repleto de significados que foram atribuídos por ele ao longo do tempo.

² PORTELLI, A. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d’Água, 2004. p. 312.

³ Idem.

Importante observar que a produção de fonte oral permite que o sujeito fale sobre si mesmo, sobre o que para ele é relevante, quais os fatos que marcaram sua trajetória de vida e por quê. Conforme destaca Khoury:

Uma entrevista pode representar a oportunidade para uma pessoa falar de si mesma, pensar sobre si mesma. Nessa dimensão, ao tempo em que lidamos com as narrativas buscando tendências alternativas que nos permitem alargar os horizontes da história e da memória, vamos refletindo sobre a história oral como um campo de exercício do direito de falar, de expressar as interpretações e perspectivas de cada um; como um instrumento expressivo na construção e afirmação de presenças sociais⁴.

Assim, os entrevistados não estão apenas “falando sobre si mesmos”, eles vão muito além quando possibilitam visualizar o passado através das suas memórias, dos seus horizontes. O sujeito conquista a oportunidade da fala e o historiador consegue ampliar seu campo de visão sobre um determinado acontecimento e pode exercitar sua interpretação no intuito de compreender os sentidos e significados desta narrativa.

Desta forma, pode-se considerar que a memória de um determinado local, ou sobre determinado fato não está resumida apenas à memória oficial e hegemônica, construída por uma pequena minoria, objetivando ser a portadora da única verdade sobre o passado. A memória é social, e está inserida não apenas em documentos, acervos e museus, ela aparece nas relações sociais e culturais, nas relações cotidianas estabelecidas entre os sujeitos, em suas práticas sociais. O que foi feito durante muito tempo é a apropriação desta memória, que vai sendo modificada de acordo com interesses, muitas vezes politizados, de uma cultura dominante.

Por fim, cabe descrever as etapas deste trabalho, organizado em três capítulos. O primeiro capítulo constitui-se basicamente de uma revisão bibliográfica de dissertações, teses e artigos, utilizados neste estudo. Estas bibliografias abordam assuntos que se relacionam com o objeto desta pesquisa, como a construção de barragens, processos de expropriações, narrativas dos sujeitos envolvidos nestas situações. A elaboração deste capítulo foi de grande importância para a continuidade da pesquisa, uma vez que possibilitou analisar estas bibliografias de forma mais organizada, podendo estabelecer relações entre elas.

⁴ KHOURY, Y. A. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004. p. 137.

O segundo capítulo foi elaborado a fim de abordar detalhadamente esta questão da construção da memória oficial do município de Itaipulândia, que procura idealizar na figura do “colonizador” todos os sujeitos que vieram morar nesta região a partir da década de 1960, e também a tentativa de se passar a ideia de uma cidade em constante “progresso e desenvolvimento”. Para tanto, buscou-se materiais como jornais, o único livro contendo a “História da cidade” e também folders e panfletos de divulgação do município, elaborados pelo poder público municipal e suas respectivas equipes de trabalho, presentes no acervo da “Casa da Memória”, o museu municipal.

O terceiro capítulo foi estruturado no sentido de evidenciar histórias acerca do processo de expropriações e indenizações feitas por Itaipu, através de entrevistas feitas com pessoas que foram atingidas. Estas narrativas permitem perceber um período repleto de conflitos, e com significados diferentes para estes sujeitos. Um passado que, apesar de comum entre os entrevistados, é rememorado de diversas formas, nas quais muitos sentimentos diferentes se manifestam, assim como os sentidos atribuídos a estas experiências que podem ser contrários entre uma narrativa e outra.

CAPÍTULO I

A história e a historiografia sobre as hidrelétricas no Oeste do Paraná e no Brasil: apontamentos

O presente capítulo delimita-se a uma revisão bibliográfica na qual são abordados temas como a Construção de Hidrelétricas, expropriações e as narrativas dos sujeitos envolvidos que foram atingidos nestes processos. Também nesta revisão, analisa-se a questão da tentativa da construção da memória oficial de determinado local, que está diretamente amarrada à discussão a ser feita no próximo capítulo.

Neste capítulo, estão presentes as bibliografias utilizadas para a elaboração do restante deste trabalho, tendo como objeto principal de estudo a memória município de Itaipulândia. Neste passado, um acontecimento em especial é visto como marco para sua emancipação, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipuna década de 1980.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu passou a ser idealizada no ano de 1973, quando técnicos foram chamados a percorrer o Rio Paraná, buscando o lugar ideal para que a Usina fosse construída. Nesta época, o Brasil se encontrava em um período de ditadura civil e militar, e a geração de energia elétrica constituía-se num dos principais objetivos do “plano de desenvolvimento” do governo. As obras para a construção de Itaipu iniciam-se no ano de 1974, quando abertas as estradas que dariam melhor acesso ao local e também, os primeiros alojamentos, refeitórios e hospitais são erguidos, para atender aos trabalhadores que chegavam de todos os cantos do país.

Para que a Usina Hidrelétrica de Itaipu fosse construída, se fazia necessário desviar o curso do Rio Paraná em 2 km de extensão, 150 metros de largura e profundidade de 90 metros. Para tanto, 55 milhões de metros cúbicos de terra e rocha precisavam ser removidos⁵. Contudo, na “bonita” história contada no site de Itaipu, local onde se buscou todos estes números, não existem números exatos e nem atraentes, que esclareçam o que, ou quem, seria afetado, prejudicado em função deste desvio do leito do Rio Paraná.

⁵ ITAIPU BINACIONAL. Nossa história. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/nossa-historia> > Acesso em: 20 de maio de 2011.

A construção da Usina se inicia, e ao mesmo tempo, as pessoas que viviam nos locais que seriam alagados com o desvio do curso do Rio Paraná, começam a receber visitas dos funcionários de Itaipu, para começarem as negociações das expropriações daquelas terras. Seriam atingidos moradores dos municípios de Santa Helena, Foz do Iguaçu, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Mercedes, Missal, Pato Bragado, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Terra Roxa no Paraná e o município de Mundo Novo em Mato Grosso do Sul.

Sobre esta questão das indenizações, muitas pesquisas já foram feitas, no sentido de entender o modo como foram estas primeiras conduzidas; se os atingidos conseguiram preços justos pelas terras, se foram devidamente informados e orientados pelos funcionários de Itaipu sobre o que realmente estaria para acontecer, para onde foram estas pessoas, se conseguiram terras perto de onde viviam. Buscando respostas a estas perguntas, pesquisadores passam a buscar e fazer uso das fontes orais, da produção de entrevistas, no sentido de conversar com aqueles que vivenciaram este processo e ouvir o que eles têm a dizer.

Um trabalho bastante interessante neste sentido é a tese de doutorado de Roberto Massei, intitulada *A Construção da Usina Hidrelétrica de Barra Bonita e a sua relação homem-natureza: vozes dissoantes, interesses contraditórios*. Em seu trabalho, o autor aborda a questão das olarias em Barra Bonita, uma das principais atividades que movimentavam a economia da cidade e, com a construção da Usina concluída no final da década de 1950, a matéria-prima para a produção de telhas e tijolos, a argila, foi se tornando cada vez mais escassa. Sendo assim, muitos donos de olarias não conseguiam mais manter seu negócio e acabavam fechando as portas e, obviamente, demitindo seus funcionários. Para Massei:

Fazem parte do Plano estadual de Eletrificação formulado pelo governo de São Paulo. As UHE de Barra Bonita, Bariri, Ibitinga e Promissão, construídas no rio Tietê; Ilha solteira, no Paraná; as usinas no rio Pardo, as do Paranapanema e outras, executadas na época, podem ser consideradas como uma ação concreta do desenvolvimentismo nacionalista⁶.

A construção de Usinas Hidrelétricas, como dito, fazia parte de um “plano de desenvolvimento”, não apenas do estado de São Paulo, mas do governo nacional, o qual pregava a ideia de que o Brasil precisava “crescer” e o “progresso” tornava-se cada vez mais “importante”. Ainda sobre esta questão, o autor afirma que:

⁶ MASSEI, R.A **construção da Usina Hidrelétrica de Barra Bonita e a relação homem-natureza: vozes dissoantes, interesses contraditórios – (1940-1970)**. 2007. Tese. (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo/SP, 2007. p. 51.

A construção de usinas hidrelétricas, a partir de meados da década de 1940, foi ao encontro do ideário desenvolvimentista nacionalista. No entanto, o progresso pode vir acompanhado de diversos problemas. A construção, aparentemente inevitável, provocaria danos irreversíveis ao meio, aos rios e aos homens⁷.

Pode-se perceber agora, outra questão levantada pelo autor em sua tese: o problema ambiental. A construção da Usina de Barra Bonita trouxe danos não apenas às pessoas que viviam em terras que seriam alagadas, ou aos donos de olarias, que muitas vezes, organizados em um sistema de trabalho familiar, ficam sem matéria-prima e precisam buscar outros meios de subsistência. Trouxe danos, igualmente, aos trabalhadores assalariados, que perdem seus empregos e não recebem indenizações como os proprietários de terras, e aos não possuíam bens para vender, como é o caso dos donos das olarias. Existem também os danos à natureza, o impacto ao meio ambiente que as represas provocam. A fauna e a flora são altamente prejudicadas; a vegetação muda, conseqüentemente, transformando o habitat de muitos animais, sem falar nos peixes, acostumados às águas correntes, que da noite para o dia se tornam águas paradas.

Outro trabalho bastante interessante, que trata da questão do meio ambiente relacionado com expropriações, é a dissertação de mestrado de Rudy Nick Vencatto, intitulada *“Mas com isso a gente começou duas vezes no meio do mato”*: memórias de desapropriados do Parque Nacional do Iguazu (Oeste do Paraná, 1970-2009). Vencatto se propôs a estudar o processo de desapropriação das famílias residentes na área destinada ao Parque Nacional do Iguazu. Fez sua pesquisa também através da produção de narrativas orais, no intuito de conversar com expropriados, ouvir suas histórias e o modo como interpretam, nos dias de hoje, os fatos vividos no passado.

Estas pessoas, que seriam futuramente desapropriadas, são famílias vindas de regiões como Santa Catarina e Rio Grande do Sul para o Oeste do Paraná a partir da década de 1940, pois acreditavam que poderiam ter uma melhor condição de vida, sendo que o preço das terras, nessa região, era mais acessível. Para o governo, a ocupação do oeste paranaense tornava-se uma necessidade, afinal, embora tivesse muitos habitantes ao longo dos anos, o território era visto como pouco povoado e precisava ser ocupado.

De acordo com a versão oficial, as terras desta região ainda eram pouco habitadas, portanto, havia muito mato, os meios de locomoção eram bastante limitados, muitos caminhos ainda precisavam ser abertos. Algumas famílias mudavam-se completamente para cá, outras

⁷ MASSEI, R.A **construção da Usina Hidrelétrica de Barra Bonita e a relação homem-natureza: vozes dissoantes, interesses contraditórios – (1940-1970)**. 2007. Tese. (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo/SP, 2007. p. 47.

se separavam, vindo geralmente os homens para organizar o terreno, derrubar o mato, erguer a primeira casa, enquanto as esposas e os filhos pequenos aguardavam no local onde viviam até então. Estas famílias trabalhavam muito, pois precisavam ter o que comer e construir um lugar para morar. Neste momento, a política de ajuda entre vizinhos estava bastante presente; um vizinho ajudava o outro a construir sua casa e vice-versa, as trocas de mantimentos também eram bastante comuns. Estabeleciam-se assim novas vilas, em que os laços de amizade entre vizinhos tornavam-se algo bastante comum.

O trabalho de Vencatto refere-se a duas destas localidades, formadas basicamente por pessoas vindas do sul, Santo Alberto e São José do Iguaçu, ambas localizadas na área do atual Parque Nacional do Iguaçu. Segundo o autor, os parques nacionais passam a ser vistos pelo governo a partir da década de 1940 da seguinte forma:

É interessante, pois os parques nacionais aparecerem nestas discussões apenas como objetos de visitação. Seja o “Éden”, “o paraíso perdido”, a natureza é apresentada enquanto repouso para o homem urbano que buscar refúgio da vida agitada do mundo moderno industrializado. Não aparece uma preocupação maior com o fator preservação para evitar futuras mudanças, como por exemplo, as climáticas. Ou então, preservar corredores de biodiversidade, permitindo o equilíbrio ecológico e reprodução de diferentes espécies⁸.

Ou seja, não interessa preservar a fauna, a flora, nem o equilíbrio de matas nativas, que permaneceram intocadas durante várias gerações. O que chama atenção é a idealização de um divertimento, o lazer acima das necessidades reais de proteção ao meio ambiente, quer dizer, se não fosse pelo entretenimento, a preservação não se faria necessária?

O autor faz alguns apontamentos durante seu texto, sendo um deles, a data em que a área do atual Parque Nacional do Iguaçu é destinada pelo governo para tal finalidade, é o ano 1939. Partindo deste dado, Vencatto questiona por que foram vendidas áreas de terra a estas pessoas, se tais áreas já estavam destinadas à preservação ambiental e, portanto, não poderiam ser cultivadas? Para tentar responder a esta questão, o autor utiliza-se da produção de fontes orais, da conversa com pessoas que compraram terras e, mais tarde, foram informadas de que não poderiam viver sobre elas, cultivá-las e muito menos derrubar as árvores que ali estavam. Ao fazer a leitura dos trechos das entrevistas citados nesta dissertação, pôde-se perceber que os moradores não sabiam que as terras compradas estavam inseridas em uma área de preservação ambiental.

⁸ VENCATTO, R. N. “Mas com isso a gente começou duas vezes no meio do mato”: Memórias dos Desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu (Oeste do Paraná, 1970-2009). 2010. Dissertação. (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/PR, 2010. p. 45.

Vencatto destaca que em documentos oficiais, principalmente em mapas, estas duas vilas são colocadas como pertencentes a outras áreas, fora do Parque Nacional, ou seja, existe um esforço no sentido de que o fato de que havia pessoas, vivendo dentro do Parque Nacional do Iguaçu, seja omitido. Para ele:

Outro fator que me chamou atenção foi um croqui representando a área total do parque. Por meio deste, percebe-se que as comunidades de Santo Alberto e São José do Iguaçu, ambas que existiram dentro do atual PNI, estão marcadas como pontos, fora da área definida como parque⁹.

Ainda de acordo com Vencatto:

De qualquer maneira, estes lugares estavam constituídos por pequenos agricultores que viviam do cultivo e da criação de animais marcando a paisagem por pastagens, plantações e vilas. Estes espaços estavam e foram repletos da vida humana¹⁰.

Ao longo do texto, o autor dialoga com as fontes orais e procura perceber nas memórias narradas, os significados atribuídos pelos narradores, acerca deste passado em que tiveram que abandonar o local em que viviam e ser reassentados em outro lugar, pois ali, dentro do Parque, eles eram como invasores, não poderiam permanecer.

Num dos últimos pontos de sua dissertação, Vencatto trata de outro problema que algumas destas famílias vivenciaram. No início da década de 1970, quando foram obrigados a deixar suas terras, que estavam dentro do território do Parque Nacional do Iguaçu, as famílias expropriadas foram reassentadas em outro local. O Projeto Ocoí surgiu para reassentar estas famílias, em distritos pertencentes ao município de São Miguel do Iguaçu. Ao final da década de 1970, início dos anos de 1980, inicia-se a construção de Usina Hidrelétrica de Itaipu, também chamada de Itaipu Binacional. Como já foi citado, para que a sua edificação fosse possível, o desvio do curso do Rio Paraná e a construção da barragem tornavam-se uma necessidade. Assim, juntamente com outros municípios, São Miguel do Iguaçu veria parte de seu território ser submerso. Muitas famílias que foram reassentadas depois de serem desapropriadas de suas terras dentro do Parque Nacional do Iguaçu, teriam de passar por todo este processo outra vez; as águas da represa de Itaipu viriam e as pessoas não poderiam mais continuar a viver ali. Para o autor:

⁹ VENCATTO, R. N. “Mas com isso a gente começou duas vezes no meio do mato”: Memórias dos Desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu (Oeste do Paraná, 1970-2009). 2010. Dissertação. (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/PR, 2010. p. 72.

¹⁰ Idem. p. 76.

Pela grandiosidade de Itaipu, também foram grandes os problemas ambientais e sociais causados. Muitas famílias viram suas terras serem cobertas por água. Com isso, o Projeto Ocoí, que fora criado na tentativa de sanar os problemas causados pela formação do PNI, acabou inserindo-se no processo de construção de Itaipu, tornando-se passivo de novos problemas sociais¹¹.

Sendo assim, muitas famílias teriam de novamente deixar para trás suas casas, as benfeitorias e principalmente, os laços de amizade que ainda restavam desde a época em que viviam dentro do Parque Nacional do Iguaçu.

O problema das expropriações torna-se algo cada vez mais constante, longe de ser um fato isolado, a construção de Usinas Hidrelétricas vai transformando a vida de milhares de pessoas, em vários cantos do país.

A construção de barragens na Bacia do Rio Uruguai, no Rio Grande do Sul é outro bom exemplo. O estudo de Maria Stela Marcondes Moraes: *O Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai e a ação político-educativa dos mediadores*, destaca a questão das expropriações, dando ênfase à luta dos atingidos por indenizações justas. A autora aponta os movimentos que surgem nos anos de 1980, quando os expropriados unem-se no sentido de buscar seus direitos: preços justos pelas terras que seriam alagadas, serem assentados próximos aos locais em que viviam.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) passa a se fortalecer com a luta dos atingidos. Reuniões são organizadas em que expropriados podem encontrar pessoas em situação semelhante, trocar experiências, discutir ideias. Assim, percebem que não estão sozinhos na luta pelas indenizações e que juntas, podem conseguir mais facilmente que suas reivindicações sejam atendidas. Para a autora:

As primeiras reivindicações (indenizações justas, terra por terra e assentamentos) começaram a tomar ares de direitos, afirmados em encontros regionais e estaduais, entre 1981 e 1983. Mas a falta de coesão e articulação interna resulta em um movimento difuso e disperso que, na sua atuação externa, não consegue sensibilizar seu principal interlocutor: a ELETROSUL¹².

Para a autora, com a dificuldade dos atingidos em manter o Movimento cada vez mais organizado e fortalecido, a Igreja Católica começa a participar mais ativamente do processo em questão, colocando-se à disposição dos moradores. Moraes destaca que:

¹¹ VENCATTO, R. N. “Mas com isso a gente começou duas vezes no meio do mato”: **Memórias dos Desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu (Oeste do Paraná, 1970-2009)**. 2010. Dissertação. (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/PR, 2010. p. 149.

¹² MORAES, M. S. M.O Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai e a ação político-educativa dos mediadores. **Revista Brasileira de Educação**. n.1.Jan/ Fev/Mar/Abr, 1996. p. 84.

Foi o jogo de forças entre o conservadorismo do “universo simbólico popular”, das direções de capela, das estruturas de poder local e municipal, de um lado, e, de outro, os valores da nova teologia, que moldou os espaços de penetração dos agentes pastorais e, conseqüentemente, alargou os limites de atuação dos militantes e lideranças dos movimentos que emergiram, no Alto Uruguai, no final dos anos 70.¹³ Muitas vezes, a questão das barragens funcionou como a “porta de entrada” para a penetração do trabalho da “igreja renovada”, em comunidades mais pacatas e conservadoras; inversamente, também aqui se deu a instrumentalização da fé para a mobilização em torno de questões políticas¹⁴.

Neste sentido, o Movimento, apesar de representar os interesses dos atingidos por barragens, na luta por indenizações justas por terem de deixar as terras de que tiraram seu sustento durante anos, estava permeável de interesses religiosos e políticos.

Outro trabalho de fundamental importância para esta pesquisa é a dissertação de mestrado de Judite Veranisa Schmitt, *Os atingidos por Itaipu: História e Memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000*. Aqui também se podem perceber as questões apontadas acima; a tentativa por parte dos atingidos em organizar um movimento que defendesse seus interesses junto à Itaipu Binacional e a presença constante de líderes religiosos da região neste movimento.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu expropriou famílias de 15 municípios da região oeste do Paraná. Grande parte delas eram pessoas vindas da região sul a partir dos anos de 1940 e que após anos cultivando e vivendo da terra, foram obrigadas a deixar suas moradas, que seriam alagadas pela barragem no Rio Paraná. A situação dos atingidos diante desta realidade, não era diferente de um município para outro; todos queriam indenizações justas pela terra e benfeitorias, serem assentados em localidades próximas às em que viviam.

Em seu trabalho, Schmitt destaca a luta de parte dos atingidos por Itaipu para organizar um movimento que garantisse suas reivindicações e o que era deles por direito. A presença dos líderes de igrejas neste processo é bastante marcante. Os moradores percebiam que para Itaipu, a vantagem era que as indenizações fossem feitas de forma salteada e individualmente. Assim, os expropriados não poderiam comparar os preços pagos pelas suas terras com as do vizinho e com isso não contestariam nenhuma ação indenizatória da Usina.

Sobre esta questão da tentativa de organização do movimento dos atingidos, a autora aponta que:

Os atingidos organizaram-se em vinte grupos de base nos municípios de São Miguel do Iguacu, Santa Helena e Marechal Cândido Rondon e discutiam duas questões

¹³ MORAES, M. S. M. O Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai e a ação político-educativa dos mediadores. **Revista Brasileira de Educação**, n.1. Jan/ Fev/Mar/Abr, 1996. p. 84.

¹⁴ Idem.

principais: a necessidade de conseguir um melhor preço para as terras e o descaso do governo com o reassentamento dos expropriados¹⁵.

Assim, os moradores de cidades vizinhas se locomoviam de carona com vizinhos, ou do modo que fosse possível, para participar destas reuniões e discutir seus interesses que eram bastante comuns. O descaso do governo era também bastante discutido, afinal este parecia se preocupar apenas com o projeto de desenvolvimento do país, mas não com o futuro das pessoas que seriam afetadas em função disso.

Já no início, a Comissão Pastoral da Terra esteve presente, com seus representantes organizando e presidindo reuniões. Para Schmitt:

Os representantes da Comissão Pastoral da Terra-regional afirmaram que a empresa binacional não se preocupou com o que iria acontecer com as pessoas que seriam expropriadas, mas a CPT sim, pois eram as pessoas e o que iria acontecer com elas a grande preocupação desta instituição. Os membros da CPT apresentaram a comissão como se fosse ela a defensora das causas dos expropriados, por isso, tornou-se solidária e compartilhou com os atingidos sua experiência. É importante lembrar que a CPT tentou disputar com a Itaipu o sentido da expropriação, tomando uma posição ao colocar-se ao lado dos expropriados¹⁶.

Pode-se perceber neste trecho que a CPT se coloca como defensora dos atingidos e que garantir que seus direitos sejam cumpridos é a sua principal bandeira de luta. Muitos destes sujeitos encontravam nos líderes religiosos apoio e conforto para enfrentar esta situação que não se tornava nada fácil. A luta por indenizações justas ia se arrastando, à medida que Itaipu se negava a negociar coletivamente e tentava acabar com o movimento. Uma das estratégias de Itaipu era negociar separadamente com alguns atingidos que lideravam reuniões e discussões, oferecendo preços mais altos pelas suas terras, no intuito de fazê-los parar, ficar em silêncio. A CPT, por sua vez, procura conscientizar os moradores de que a luta só será vencida se conseguirem se organizar coletivamente, separados eles não teriam força alguma.

Mesmo com a tentativa de Itaipu em conter a organização do movimento, e ainda que esta prática não fosse encabeçada por todos os atingidos, o movimento conseguiu, auxiliado por membros da CPT, manter certa organização e chamar a atenção da sociedade para a questão da luta dos expropriados pela garantia de seus direitos e por indenizações justas. Schmitt destaca a fala do pastor Fuchs, um dos principais líderes do movimento:

¹⁵ SCHMITT, J. V. **Os atingidos por Itaipu: história e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000.** 2008. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/PR, 2008. p. 50.

¹⁶ Idem. p. 51.

O pastor Fuchssugere, que foi através das primeiras indenizações, que a Itaipu realizou na área, que um percentual de atingidos percebeu que não eram essas as indenizações que esperavam pelas suas terras e passaram a resistir contra a forma de indenização proposta pela Itaipu. Para Fuchs, os expropriados do movimento foram crescendo na conscientização e coletivamente passaram a ser mais combativos, mais ousados, exigindo melhores preços nas negociações junto aos dirigentes da Itaipu Binacional, buscando atender interesses comuns dos militantes do movimento. Ainda destacou que a Itaipu só cedeu, porque se sentiu intimada por força popular, articulada pelos próprios atingidos com a participação dos membros da CPT nas mobilizações¹⁷.

É perceptível que para o pastor, foi graças à formação do movimento, e da participação da CPT, que os atingidos conseguem obter algum êxito em suas reivindicações. A conscientização feita pelos religiosos tornou os expropriados mais “combativos”, organizados e cientes de como deveriam proceder para conquistar seus objetivos: lutando coletivamente, amparados pela CPT.

O movimento dos atingidos expropriados por Itaipu é chamado de Movimento Justiça e Terra. Schmitt faz uso da produção de fonte oral e conversa com alguns de seus dirigentes e integrantes, a fim de rememorar suas experiências e analisar os significados atribuídos por eles a este processo. Sobre as narrativas, a autora comenta que:

As experiências dos atingidos que construíram o Movimento Justiça e Terra, produziram muitas memórias e estas são materializadas em narrativas orais e individuais, sendo que os sujeitos vão atribuindo significados sobre a realidade que vivenciaram e interpretam suas práticas no processo(...) s atingidos revivem e constroem a memória, valorizando o passado, não o vendo como algo acabado, pois o processo no qual estão inseridos ainda está se formando e se constituindo pelas suas ações como sujeitos históricos¹⁸.

Percebe-se, analisando os trechos de entrevistas citados no trabalho de Judite Schmitt, que os narradores atribuem significados variados sobre um fato em comum. Quando abordam as ações do Movimento Justiça e Terra: o acampamento dos atingidos no município de Santa Helena e posteriormente, no trevo de acesso à cidade de Foz do Iguaçu, alguns entrevistados levantam o aspecto positivo do movimento, quando Itaipu aceita rever as indenizações, pagando preços mais justos. Já para alguns líderes, o movimento serviu para deixá-los marcados, perseguidos e pressionados desde então, saindo muitas vezes, prejudicados.

Schmitt destaca também a cobertura da imprensa junto às ações do Movimento, citando dois jornais bastante conhecidos na época: “Nosso Tempo” e “O Paraná”. Cita

¹⁷ SCHMITT, J. V. **Os atingidos por Itaipu: história e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000.** 2008. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/PR, 2008. p. 64.

¹⁸ Idem. p. 84.

também a presença constante de políticos no acampamento dos atingidos no trevo de acesso a Foz do Iguaçu.

Finalizando sua dissertação, Judite Schmitt conclui que:

(...) os sujeitos que foram expropriados pelas águas de Itaipu, no relato de suas experiências, travaram uma luta para ter garantido o direito ao acesso à terra, uma condição que estava para além de uma indenização, ou seja, os atingidos queriam que, além de uma indenização proposta pelos dirigentes da Itaipu, lhes possibilitassem a compra de terras para lhes garantir o sustento, mas que para alguns não foi possível. Ou pelos baixos valores das indenizações oferecidos pela Binacional, ou pela desvalorização do dinheiro, e ainda, por não conseguir encontrar terras na região oeste do Paraná, em detrimento da especulação imobiliária, restando apenas outros lugares mais distantes¹⁹.

Mesmo com a luta do Movimento Justiça e Terra, amparado pela CPT, seus representantes religiosos e os líderes locais escolhidos pelos moradores das diversas vilas existentes, muitos atingidos, mesmo conquistando um melhor pagamento pelas suas terras, não conseguiram comprar terras próximas aos locais onde viviam. As terras que não seriam alagadas com o desvio do Rio Paraná e a construção da represa de Itaipu tornaram-se mais caras, ficando inacessíveis para muitos expropriados. Assim, tiveram de deixar para trás não apenas a terra de onde tiraram seu sustento durante anos, mas os laços de amizade construídos nas localidades durante o tempo em que viveram ali.

Existem outras tantas pesquisas que abordam a questão da Itaipu Binacional. Os municípios lindeiros têm sua história narrada através da construção da barragem no Rio Paraná. Destaca-se neste trabalho uma cidade em específico, que ainda não era município quando as águas da represa de Itaipu cobriram uma área com mais de 1.350 km²²⁰. O atual município de Itaipulândia que se chamava Aparecidinha do Oeste e pertencia, na época, ao município de São Miguel do Iguaçu.

Além de Aparecidinha do Oeste, existiam outros distritos e comunidades menores onde hoje se localiza Itaipulândia. O distrito com maior número de habitantes chamava-se Itacorá, e lá se encontravam serrarias, posto de gasolina, farmácia, mercearias, hotel, cinema, escola, hospital, maternidade. Assim, os moradores se locomoviam até lá para fazer compras, vender seus produtos, receber atendimento médico, estudar e até mesmo participar de bailes e matinês.

¹⁹SCHMITT, J. V. **Os atingidos por Itaipu: história e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000.** 2008. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/PR, 2008. p.122.

²⁰ ITAIPU BINACIONAL. Energia. Disponível em <<http://www.itaipu.gov.br/energia/reservatorio>> Acesso em: 20 de maio de 2011.

Com o desvio do Rio Paraná e construção da barragem, mais da metade do atual município de Itaipulândia foi atingido pelas águas, incluindo todo o território do distrito de Itacorá. A vila ficava em meio à chamada Estrada das Quedas, que ligava as Cataratas do Iguaçu, no município de Foz do Iguaçu, ao Salto das Sete Quedas, no município de Guaíra. A represa fez com que toda esta estrada fosse submersa, incluindo o Salto das Sete Quedas, o grande ponto turístico da cidade de Guaíra.

Após o alagamento, toda a estrutura do distrito de Itacorá, agora embaixo d'água, foi transferida para Aparecidinha do Oeste. Itaipu começa a pagar os *royalties* aos municípios atingidos pela represa, e com isto, faz-se um movimento na comunidade para a emancipação do distrito de Aparecidinha. Assim, parte do dinheiro dos *royalties* deixaria de ser enviado ao município de São Miguel do Iguaçu e seria destinado à futura prefeitura da comunidade local. O desmembramento acontece no ano de 1993, quando Aparecidinha do Oeste, agora município, recebe o nome de Itaipulândia.

Um trabalho de fundamental importância para a elaboração do próximo capítulo é a dissertação de Jiane Fernando Langaro, *Para além dos Pioneiros: Outras histórias do Oeste do Paraná*, em que o autor aborda a questão das disputas acerca da memória no município de Santa Helena, analisando livros de história, monumentos, materiais de divulgação do poder público, imagens, materiais de imprensa, além da produção de fontes orais.

Ao analisar o trabalho de Langaro, pode-se perceber semelhanças entre o município de Santa Helena e Itaipulândia, semelhança essa que se justifica fundamentalmente pela alta quantia de *royalties* repassada aos cofres destes municípios mensalmente, sendo a principal fonte de renda e assim, contando com políticas muito parecidas. O trecho abaixo explica melhor esta questão:

De uma maneira geral, constitui-se sobre a região uma memória triunfante, transformando-se os projetos vencedores em marcos que cristalizam a história local. Evolutiva e linear, ela explica o que seria o “progresso” do lugar. Em Santa Helena produzem-se versões semelhantes àquelas da região, traduzindo, em termos locais, esta versão triunfante do “desenvolvimento”. Apesar de admitir-se a existência de problemas como a violência e o ambiente político-eleitoral tenso costuma-se apresentar o município como um local rico, resultando em “qualidade de vida” para a população, indistintamente dos lugares que ocupam nessa sociedade²¹.

Elementos que Langaro destaca aqui são comuns em materiais pesquisados para a elaboração da pesquisa, a tentativa de construir a imagem da cidade como “rica”, “próspera”,

²¹ LANGARO, J. F. **Para além dos Pioneiros: Outras histórias do Oeste do Paraná**. 2006. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia/MG, 2006. p. 16.

“desenvolvida”. Ao referir-se ao “ambiente político-eleitoral tenso”, significa que as disputas políticas para a administração municipal são bastante tensas e repletas de conflitos, afinal o dinheiro recebido pela prefeitura é significativamente alto. Este ponto também é comum com Itaipulândia, onde as disputas municipais são extremamente tensas. Contudo, a questão da violência²² não é algo que aparece muito nos materiais produzidos para divulgar a imagem itaipulandiense, embora exista, a tendência é que seja omitida, para não comprometer a ideia da cidade perfeita, como se pode ver no próximo capítulo.

No decorrer de seu texto, o autor constata a tentativa de se estabelecer uma memória pública na cidade. Em suas palavras:

Essa *memória pública* possui, portanto, o caráter de conferir visibilidade a determinados personagens e processos sociais, relegando outros ao esquecimento, buscando tornar-se hegemônica. É preciso ressaltar, além disso, que ela está intimamente relacionada com aquela produzida sobre o Oeste do Paraná, de uma maneira geral. Chega a certos momentos a confundir-se com ela, embora resguardando certas especificidades, no que diz respeito, principalmente, aos projetos políticos e relações sociais com os quais está conectada ao município²³.

Esta memória se torna construída, uma vez que busca encontrar na figura de poucos personagens a aceitação da população. Obviamente, que enquanto algumas figuras e datas são lembradas, ganham destaque dentro da história da cidade, outros sujeitos são esquecidos, ficando alheios a um passado ao qual pertencem.

Outro aspecto interessante em observar é que quando estas figuras são escolhidas, a fim de simbolizarem a memória de um lugar, ela começa a ser refletida em locais estratégicos, para que tenham a maior visibilidade possível e sejam facilmente reconhecidas, não apenas a imagem, mas o seu significado, também construído. Segundo Langaro:

É preciso afirmar desta forma, que os “lugares da memória”, muitas vezes procuram cristalizar uma determinada maneira de ser concebido o passado, que pode não ser compartilhada por todos os membros da sociedade. Expressam intenções elaboradas por certos sujeitos, em apresentar determinados eventos a serem lembrados, indicando, também, maneiras de rememorar-los²⁴.

²² Destaca-se como exemplo das manifestações de violência no município de Itaipulândia, o assassinato do ex-prefeito, Vendelino Royer, no dia 08 de julho de 2008. O ex-prefeito foi assassinado com quatro tiros, quando saía de uma reunião na vila Caramuru, por volta das 20:30h. Importante frisar que este era o último ano do seu mandato, não sendo candidato à reeleição, e que o vice-prefeito, Laudair Bruch, foi condenado pela justiça a 15 anos de prisão, por ser, segundo a interpretação da justiça, o mandante do crime.

²³ LANGARO, J. F. **Para além dos Pioneiros: Outras histórias do Oeste do Paraná**. 2006. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia/MG, 2006. p. 39.

²⁴ Idem. p. 43.

A cidade de Santa Helena possui alguns destes “lugares da memória”, locais públicos com monumentos como estátuas de personagens “importantes” para a história da cidade, ou murais desenhados com o intuito de narrar e “preservar” esta história. O município de Itaipulândia não conta com tantos monumentos, portanto o material analisado para esta pesquisa é o do acervo presente na “Casa da Memória”. Contudo, importante frisar a existência destes locais, que são destinados a preservar uma história que geralmente é posta como oficial, na tentativa de torná-la hegemônica. É complicado pensar em se impor um passado a uma sociedade, sem que esta se veja inserida nele. Partindo destes elementos, o próximo capítulo tratará, de forma mais aprofundada, a forma como esta memória vem sendo disputada e quais os personagens que são construídos para firmar este passado.

CAPÍTULO II

A Casa da Memória de Itaipulândia: a ocultação, no presente, de certo passado.

Neste capítulo propõe-se uma análise acerca da construção da história oficial do município de Itaipulândia. Para tanto, buscou-se materiais como jornais, folders e panfletos de divulgação da cidade e um livro contendo a única versão impressa da “história” do município, presentes no acervo da “Casa da Memória”, uma espécie de museu do local.

A memória, já há algum tempo, vem sendo usada como um campo de disputas, em que os indivíduos buscam encontrar no passado, que pode não ser o mesmo de uma pessoa para outra, brechas para justificar suas atitudes no presente. Quer dizer, os fatos do passado não ocorreram exatamente como narram muitas das fontes chamadas oficiais, os acontecimentos podem ser explicados sob diversos pontos de vista, das mais variadas formas. Tentar construir uma memória pode ser a da história de uma família, de uma pequena comunidade ou de uma grande cidade, implica em silenciar certos acontecimentos em detrimento de outros, e analisar os fatos apenas de acordo com o que interessa a um pequeno grupo, aquele que será beneficiado com este passado construído.

Sobre a memória como campo de disputas para a construção do passado, Khoury aponta que:

Ao lidarmos com a memória como campo de disputas e instrumento de poder, ao explorarmos modos como a memória e história se cruzam e integram nas problemáticas sociais sobre as quais nos debruçamos, vamos observando como memórias se instituem e circulam, como são apropriadas e se transformam na experiência social vivida. No exercício da investigação histórica por meio do diálogo com pessoas, observamos, de maneira especial, modos como lidam com o passado e como este continua a interpelar o presente enquanto valores e referências²⁵.

Quando o historiador se propõe a pesquisar determinados lugares e situações dos dias atuais, certamente irá se deparar com todo um passado pré-existente, repleto de atribuições de significados, com o qual precisará lidar. A memória que é construída em uma comunidade passa, de certa forma, a ser parte do cotidiano das pessoas que ali vivem, como um pedaço das

²⁵ KHOURY, Y. A. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004. p. 118.

suas histórias de vida. É preciso saber trabalhar com estas questões, perceber que a memória do lugar ou de algum acontecimento fica presente no dia-a-dia dos indivíduos, é a história que será ensinada em sala de aula, que as crianças irão aprender desde pequenas e que carregarão consigo desde então. A memória, embora possa ser narrada de formas distintas, pode representar significados semelhantes para os sujeitos que as relembram, e é importante que o pesquisador se atente a isto.

Embora os fatos ocorridos no passado não possam ser modificados, suas interpretações variam muito, podem ser analisadas por diversos ângulos. Neste sentido, faz-se necessária a busca por fontes diferenciadas para a pesquisa, a fim de que se tenham diferentes versões, além dos documentos oficiais, que narram os acontecimentos apenas de acordo com um ponto de vista.

Sobre a questão da memória do município de Itaipulândia, objeto deste estudo, torna-se interessante entender o lugar onde seu passado é apresentado aos munícipes e demais visitantes. Esse espaço é a “Casa da Memória”, museu da cidade, local para ser visitado por estudantes, munícipes e demais moradores da região. A data oficial de sua criação é 10 de Setembro de 2003, através da lei municipal nº 708/2003²⁶. Pode-se perceber, de acordo com o site oficial do município, o objetivo de sua instalação:

CASA DA MEMÓRIA DE ITAIPULÂNDIA

A Casa da Memória tem como objetivo preservar e divulgar a História do povo de Itaipulândia e Região. Através do acervo em exposição é possível conhecer e saber um pouco mais sobre a História e a Cultura da população de nosso município. Os visitantes podem conhecer as mais variadas peças da época da colonização de Itaipulândia, como instrumentos agrícolas e ferramentas de trabalho de uso pessoal e doméstico dos colonizadores.

Possui a importante missão de resgatar, preservar e valorizar a origem, história e memória do povo e do município de Itaipulândia. Possibilitando assim a população local e toda a região, estudiosos e pesquisadores, turistas e visitantes obter informações sobre a origem e história do município, através das exposições²⁷.

É possível notar alguns elementos dentro desta narrativa que indicam a intenção de valorizar a “História e a Cultura”, objeto de orgulho para os moradores locais. Nesta descrição do site oficial do município sobre a “Casa da Memória” destaca-se a imagem do “colonizador” e suas práticas cotidianas, em que seus utensílios domésticos, de trabalho são preservados e ficam em exposição logo na entrada do museu. Pode-se identificar a partir disto, a tentativa da construção da memória social do município através da figura do “colono”,

²⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA. Disponível em <<http://www.itaipulandia.pr.gov.br>> Acesso em: 12 de agosto de 2011.

²⁷ Idem.

uma palavra com a qual muitos moradores se identificam e por isso aparenta ser o portador da “História” da “Cultura” da cidade, como um exemplo a ser seguido e valorizado.

No acervo da “Casa da Memória”, ainda segundo o site da cidade, pode-se encontrar além da exposição acima citada, outros materiais: *um livro (contando a história do município, revistas, jornais, mais de 150 objetos catalogados, aproximadamente 300 fotos, moedas, fitas cassete, fitas de vídeo, dvds sobre a história do município*²⁸. Esta descrição dos materiais ali presentes não fornece informações a respeito de que jornais se tratam, ou quais são os objetos catalogados, nem de quem são as fotos do acervo, o que elas retratam, este levantamento só pode ser feito a partir do momento em que o local é visitado. O historiador responsável pelo local é o professor Airton João da Costa.

Quando contatado o professor Airton para solicitar uma visita à “Casa da Memória” a fim de levantar materiais para esta pesquisa, o mesmo foi gentil no atendimento, permitindo que se analisasse à vontade o acervo local. Foram encontrados vários arquivos de jornais que auxiliaram neste estudo e também alguns folders informativos, produzidos ao longo dos 19 anos de emancipação político-administrativa de Itaipulândia, que serão trabalhados no decorrer do texto.

Não se pôde deixar de apontar que, assim como outros museus e centros de documentação, a “Casa da Memória”, é um lugar pouco visitado, tanto pelas escolas como pela população local, ficando, em certa medida, sem visitantes a maior parte do tempo. Em conversa com o professor Airton, foi informado que existem alguns projetos da prefeitura em parceria com as escolas, em fazer com que o museu atraia algum público, para pesquisas e visitas.

Desta forma, entende-se que, embora exista há muitos anos um museu municipal e ainda que, ao longo de quase duas décadas, todos os prefeitos que assumiram a administração da cidade se preocuparam em produzir materiais de divulgação, a fim de mostrar uma “boa” imagem de Itaipulândia e de sua história, os munícipes pouco procuram por esta história. Muitos moradores, principalmente os mais antigos identificam-se com algumas peças do acervo como os utensílios que eram utilizados nos anos de 1970, 1980, pois, de certa forma, fizeram parte de suas histórias de vida, contudo, esta identificação não se torna uma prática comum na cidade.

²⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA. Disponível em <<http://www.itaipulandia.pr.gov.br>> Acesso em: 12 de agosto de 2011.

É importante perceber que, a grande maioria da população que viveu nas localidades que hoje agregam o município, como Itacorá, Esquina Gaúcha, Inhuverá, Sol de Maio, Cristo Rei, São José do Itavó, Santa Inês, Caramuru, a partir das décadas de 1960, 1970, mudou-se para as mais diferentes regiões do país. Com a construção da barragem no Rio Paraná, muitas famílias foram desapropriadas de suas terras e com o dinheiro das indenizações foram viver suas vidas em outros estados. Da mesma forma, muitas famílias mudaram-se para estas localidades anos após todos estes acontecimentos, e conseqüentemente, não vivenciaram este processo da mesma forma que os moradores que já estavam ali na época. Assim, esta memória acerca do “período da colonização”, das dificuldades e problemas enfrentados com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, não possui um sentido único para todos os moradores da cidade. Muitos podem tomar conhecimento acerca das memórias deste período, seja por meio da História presente no museu, seja por conversas com vizinhos, e mesmo assim não irão atribuir valores significativos a ele.

Percebe-se também que é extremamente complicada a tentativa de se construir e consolidar uma memória única em um lugar em que, por um lado, parte da população permanece por pouco tempo, ou que veio morar ali apenas após todo o processo de alagamento, expropriações, e criação do município, já estar consolidado. Por outro lado, existem também aquelas famílias que residem ali muito antes da ideia de tornar Aparecidinha do Oeste um município, e para estas pessoas, este passado possui significados diferentes, são histórias de vida que para os sujeitos, merecem ser reconhecidas, lembradas, e não pode ficar limitadas à figura de uma só pessoa, o “colono”.

A ideia das administrações municipais em fazer com que esta memória acerca da história da cidade, da cultura de seu povo, desde a chegada das primeiras famílias, por volta de 1960, seja parte da história de vida de seus habitantes atualmente, torna-se em vão à medida que este passado, embora em alguma medida possa ser considerado hegemônico, por estar presente nas histórias da cidade, na memória destes sujeitos que ali vivem há várias décadas, não é comum para todos. Mesmo nas lembranças das pessoas que viveram todo este processo, ele não se resume apenas à figura de um “colonizador”, do “desbravador”, ou do “expropriado”, este passado é rememorado de forma diferente, à medida que muitos procuram buscar elementos que façam com que a sua trajetória de vida, as experiências que viveram, sejam suficientes para diferenciá-los dos outros. Sendo assim, não se pode obter sucesso quando se procura construir a imagem sobre o passado e o presente de um lugar, sendo que os sujeitos que estão envolvidos nesta história não se reconhecem dentro dela.

Ao se analisar materiais retirados da “Casa da Memória” pôde-se ter uma noção mais exata da imagem que, de fato, o poder público anseia divulgar de Itaipulândia. Começando com alguns recortes de jornais, disponíveis em seu acervo, é importante questionar porque este material encontra-se no museu, e o que se pode compreender de seus conteúdos. Aqui se optou por denominar estas fontes como recortes de jornais, porque é desta forma que se encontram arquivados no museu, apenas a manchete recortada, colada em uma folha sulfite, algumas sem referências bibliográficas, uma espécie de hemeroteca, o que prejudica o trabalho de pesquisa.

Procura-se analisar alguns destes materiais, que de modo geral, tratam dos primeiros anos da emancipação da cidade, e colocam a questão do recebimento dos *royalties* de Itaipu como assunto principal. Primeiramente, faz-se necessário esclarecer que a ideia de fazer de Itaipulândia, na época denominada Aparecidinha do Oeste, um município, começou a ganhar força a partir do alagamento de grande parte de seu atual território e a vinda do dinheiro dos *royalties*, como forma de indenização. Assim, é compreensível que o recebimento desta verba seja uma das questões mais importantes e divulgadas neste período (1992-1993), principalmente porque o repasse mensal deste dinheiro demorou a chegar aos municípios atingidos, e Itaipulândia não contava com outras fontes de arrecadação, ficando desta forma, praticamente sem verbas.

A manchete do jornal Folha de Londrina de uma edição do ano de 1993, chama a atenção para este problema. Este recorte presente no acervo da “Casa da Memória” não possui referência acerca da data em que foi publicado e no acervo virtual do jornal só estão disponíveis edições posteriores ao ano de 1996. O “Folha de Londrina” é um jornal de destaque no Paraná, e embora tenha sido impresso na região norte do estado, chama a atenção para a questão da demora para o repasse do dinheiro dos *royalties* ao recém criado município de Itaipulândia:

“Órfãos da Itaipu - Prefeitura ameaça fechar portas”.

Sem receber *royalties* o município de Itaipulândia passa por sérias dificuldades. Com 5 mil habitantes, Itaipulândia foi desmembrada de São Miguel do Iguazu, mas desde os tempos de distrito já estava sob o impacto das águas do lago, que reduziram sua área de 333 para 170 km quadrados. “Tínhamos comércio e agricultura fortes, mas herdei esses setores vazios de arrecadação e vários problemas sociais”, conta o prefeito²⁹.

Ao analisar este trecho da manchete, pode-se questionar o motivo pelo qual um jornal do norte paranaense noticia os acontecimentos de uma pequena cidade do oeste, com pouco mais

²⁹ FOLHA DE LONDRINA. Órfãos da Itaipu – Prefeitura ameaça fechar portas. s/d, 1993. s/p.

de 5 mil habitantes. A tentativa, por parte da administração municipal, não apenas de Itaipulândia, mas dos demais municípios atingidos em espalhar a notícia de que Itaipu não estaria efetuando o repasse da verba conforme estabelecido, poderia ser uma explicação. Destaca-se também a narrativa do prefeito, em deixar claro que em virtude do alagamento, os setores como o comércio e a agricultura não seriam mais “fortes” e, portanto, não teria outra fonte de arrecadação senão o dinheiro dos *royalties*.

No ano anterior à publicação da manchete citada acima sobre a demora do repasse dos *royalties* por Itaipu, a edição de 27 de dezembro de 1992 do Folha de Londrina noticia que o município de Itaipulândia, emancipado naquele ano, conta com uma das maiores rendas per capita do país. Esta notícia também está arquivada na “Casa da Memória”:

“Itaipulândia tem “fatura com *royalties*.””.

O município de Itaipulândia, desmembrado de São Miguel do Iguaçu, no Oeste do Paraná, deverá arrecadar o equivalente a Cr\$ 330 mil para cada um de seus 5 mil moradores. Cascavel, cidade mais importante da região, arrecadou em outubro Cr\$ 65 mil por habitante³⁰.

O que chama atenção aqui é a comparação feita pelo Jornal, entre a renda per capita do novo município de Itaipulândia, e Cascavel, que é uma das maiores cidades da região. O destaque pode ser para que o leitor tenha noção da quantidade de dinheiro que deverá entrar nos cofres itaipulandienses mensalmente, que divididos por habitante, seria bem maior do que a arrecadação de uma cidade referência, como no caso Cascavel. Importante observar que esta manchete foi publicada em 1992, ano da emancipação de Itaipulândia, e torna-se perceptível a tentativa de se fazer propaganda do novo município, mostrando que possui recursos financeiros suficientes para, quem sabe, se igualar a outras cidades maiores, “importantes na região”.

Quando o dinheiro dos *royalties* demora a ser repassado, o Jornal publica a manchete analisada anteriormente, com o depoimento do prefeito municipal, provavelmente na tentativa de passar uma imagem negativa de Itaipu, deixando os responsáveis pela empresa constrangidos, para, quem sabe, fazer com que a verba chegue mais depressa.

O trecho de manchete do Jornal O Estado do Paraná, do ano de 1992, que divulga imagem do município recém-criado, como livre de problemas devido ao recebimento do dinheiro de Itaipu. A sede deste jornal fica na capital do estado, Curitiba, e noticia que: “Administrar Itaipulândia é um sonho de muitos – o município recém-criado tem um super-orçamento e não tem problemas”.

³⁰ FOLHA DE LONDRINA. Itaipulândia tem “fatura com *royalties*”. 27 de dezembro de 1992. s/p.

Se imagine ter vencido a eleição entre três concorrentes para administrar um município recém-criado e sem fazer promessas, no entanto, contando com um orçamento que resulta na maior renda “per capita” por cada um dos 5,2 mil habitantes. Parece sonho, mas não é. O município é Itaipulândia, distante 80 km de Foz do Iguaçu, localizado às margens do lago de Itaipu e ligado por rodovia asfaltada e o prefeito eleito chama-se Lotário Otto Knob - 32 anos, casado, um filho – que ganhou as eleições por 14 votos do segundo mais votado, concorrente do PDT/PFL. A população decidiu por Itaipulândia como homenagem a Itaipu, após publicação de reportagem citando este nome.

A partir de janeiro irá administrar cerca de Cr\$ 1 bilhão em *royalties* a ser pago por Itaipu por ter alagado metade dos 333 km quadrados do município – fora cerca de Cr\$ 600 milhões de ICM e outros Cr\$ 250 de FPM mensalmente, fora taxas municipais. Plano piloto da cidade é o primeiro passo. (sic) Não temos galerias pluviais, não existe coleta e destino do lixo, é preciso embelezamento total e incrementar projetos atraindo investimentos seja na agroindústria ou turismo com incentivos fiscais. Só tem uma farmácia e dois postos médicos, mas nenhum médico, dentista, ou advogado aí residente. A delegacia conta com dois PMs e um Chevette com motor fundido³¹.

Já pelo título da manchete percebe-se que se trata também de uma espécie de propaganda do novo município, os termos como “sonho de muitos” e “não tem problemas” pode passar aquela imagem que muitas pessoas buscam, o lugar ideal para se viver. Também existe o discurso do prefeito que acaba de assumir a administração municipal e relata o trabalho que irá fazer na cidade, como embelezamento e o investimento em áreas como agroindústria, saúde e segurança. Pode-se notar também que, em sua fala, o prefeito destaca o objetivo de atrair investidores para o município, o que poderia justificar a chamada da matéria, o título, idealizando o lugar perfeito, visando justamente futuros investimentos. Desta forma, é possível entender a razão de este recorte do Jornal O Estado do Paraná estar entre os arquivos da “Casa da Memória”, a imagem de um município sem problemas, ideal no sonho de tantas pessoas precisa estar presente na memória oficial da cidade.

Para finalizar a análise sobre os recortes de jornais existentes no acervo do museu municipal de Itaipulândia, aborda-se o assunto do Jornal O Paraná, do mês de maio de 1993, que traz em uma de suas matérias os investimentos que a nova cidade recebeu com o repasse da verba dos *royalties* normalizada, através da narrativa do “progresso” e do “desenvolvimento”. O Paraná é um jornal da região oeste do estado, tendo sua sede na cidade de Cascavel. De acordo com a manchete:

“Itaipulândia investe no Parque de Máquinas”.

O novo município tem a menor arrecadação do Paraná, está em crescente desenvolvimento. Mesmo com dificuldades econômicas que há tempos vem dificultando as ações dos prefeitos, o crescimento do jovem município é uma

³¹ O ESTADO DO PARANÁ. “Administrar Itaipulândia é um sonho de muitos – o município recém-criado tem um super-orçamento e não tem problemas”. 12 de outubro de 1992. s/p.

realidade. A industrialização no município, segundo Lotário Knob “é uma realidade”. O Parque de Máquinas da prefeitura está equipado. A área da saúde está também entre as prioridades da administração municipal. Foi construído o Centro de Saúde com 125 metros quadrados, “para que possamos atender melhor a população carente de nosso município”. Foi contratado um médico, residente no município, também em busca da melhoria no atendimento à saúde. O setor educacional está organizado e suficiente para atender a população estudantil. O turismo, em razão do Lago de Itaipu, também recebe incremento da administração municipal. O Terminal Turístico de Jacutinga não tinha infra-estrutura suficiente para atender os visitantes. Agora, ele está totalmente reformulado e conta com iluminação, churrasqueiras e sanitários³².

Nesta narrativa estão presentes termos como “crescente desenvolvimento”, “crescimento do jovem município”, “industrialização”, que deixam claro que o aspecto desta notícia é promover a imagem do município, de modo a mostrar para as outras cidades da região, que Itaipulândia estaria crescendo, se desenvolvendo. Esta perspectiva pode ser encontrada em vários discursos políticos, de empresários, que procuram passar a ideia do “progresso”, do “desenvolvimento”. Também é compreensível o fato de que esta notícia está arquivada na “Casa da Memória” a fim de mostrar ao público o quanto a cidade, desde cedo, estaria em constante crescimento, e que isto deveria ser motivo de orgulho na memória oficial do município.

Encontra-se também no acervo da “Casa da Memória” um livro intitulado “Itaipulândia. Seu Povo. Sua Origem. Sua História”, que segundo descrição encontrada no site oficial da cidade, está *Contando a História do Município*³³. Este livro foi publicado no ano de 2006, e tem como escritores: Iria Bruch Böhm e Rodison Scarpato. Neste ano, Iria Bruch Böhm era responsável pelo Departamento de Ensino do Município e Rodison Scarpato trabalhava como escritor e historiador do município, contratado pela Prefeitura do local. Esta obra é a única produzida com o intuito de “preservar a história de Itaipulândia”, nela estão presentes dados geográficos da cidade, muitas imagens, alguns mapas e depoimentos orais de antigos moradores locais. Procura mostrar, de maneira geral, a história itaipulandiense: desde os primeiros habitantes que viveram nesta região, os índios, passando pelo período do cultivo da erva-mate e da hortelã, a chegada das famílias a partir da década de 1960, a vila de Itacorá, o alagamento, Aparecidinha do Oeste e sua emancipação, chegando até os dias atuais, neste caso, 2006.

³² O PARANÁ. “Itaipulândia investe no Parque de Máquinas”. 23 de maio de 1993. s/p.

³³ PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA. Disponível em <<http://www.itaipulandia.pr.gov.br>> Acesso em: 12 de agosto de 2011.

O Prefácio deste livro é um pequeno texto assinado pelo prefeito municipal da época, Vendelino Royer. Pode-se perceber em alguns elementos desta escrita, a intenção existente que norteou a confecção desta obra. Nas palavras do prefeito:

Uma justa homenagem àqueles que desbravaram com coragem, cada pedaço desta terra, e fizeram parte da alavancada primeira, na busca do progresso e do desenvolvimento. Um reconhecimento, ainda que singelo, aos homens e mulheres que muitas vezes com lágrimas regaram a terra acreditando num futuro promissor³⁴.

Neste parágrafo nota-se que os termos como “coragem”, “desbravaram”, “reconhecimento”, fazem menção aos moradores que chegaram a esta região durante as décadas de 1960, 1970, que, longe de serem os primeiros habitantes, aqui, são denominados “colonizadores”, que nesta narrativa romantizada, teriam dedicado suas vidas, seu suor e lágrimas, a fim de viver nesta terra, acreditando no “futuro promissor”. Embora se saiba que a chegada destes indivíduos à região oeste do Paraná possa ter sido difícil, não se pode afirmar que todas estas dificuldades foram superadas pela crença de que aqui seria o lugar do “progresso”, do “desenvolvimento”. As maiores dificuldades encontradas na época eram em virtude de grande parte das áreas serem ainda cobertas pelas árvores, as casas precisavam ser construídas após a derrubada da mata, da distância, nos primeiros anos, do comércio, farmácias, hospitais, não se pode afirmar que todas estas dificuldades foram superadas pela crença de que aqui seria o lugar do “progresso”, do “desenvolvimento”.

Muitas famílias se mudaram para esta região na tentativa de tentar uma vida melhor, mas isso não significa necessariamente, que “com lágrimas regaram a terra acreditando em um futuro promissor”. Talvez estas famílias buscassem um meio de subsistência, algo parecido com o dia-a-dia a que estavam acostumados antes da mudança para esta região, sendo assim, não tinham como objetivo trabalhar para o “desenvolvimento” deste lugar, e sim com a intenção de tirar daqui o seu sustento.

Dando continuidade ao texto do Prefácio, pode-se observar algumas questões no parágrafo abaixo:

Uma história de comunidade, uma história de famílias, que ousadamente chegaram até aqui, vindos de muitos lugares, trazendo na bagagem, apenas sonhos, esperança, garra e fé³⁵.

³⁴ SCARPATO, R.; BÖHM, I. B. **Itaipulândia: Seu povo, sua origem, sua história**. Itaipulândia: Edição do Autor, 2006. p. 9.

³⁵Idem.

O termo “comunidade” neste contexto remete a um lugar que em tese deveria ser comum entre seus moradores, onde a vivência se daria de forma tranquila, sem conflitos. Torna-se complicado sua utilização neste texto porque não se pode afirmar que as primeiras localidades que surgiram com a chegada das famílias a partir dos anos de 1960 eram espaços livres de quaisquer tipos de conflitos, de problemas interiores. Coloca-se que as famílias que aqui chegaram vinham de forma ousada, como mencionado anteriormente, porém deve-se tomar cuidado, pois a palavra “ousadamente” pode ter um significado diferente, como se as pessoas que vinham para este lugar estariam ousando para chegar aqui, e por isso, teriam como recompensa uma vida melhor, mais feliz, nesta terra que teria o “futuro promissor”. O resto da frase fala sobre trazer na bagagem nada além de sonhos, esperanças, torna o processo da vinda destes indivíduos novamente algo idealizado, como se as dificuldades da saída do local onde viviam e durante o trajeto até chegarem ao destino final, não existissem. A fé pode ser o único elemento presente nesta narrativa, que realmente acompanhava as viagens destas famílias para esta região, pode-se perceber isto pelas muitas igrejas construídas, mesmo nas menores vilas que iam surgindo. De resto, acredita-se que apenas a necessidade de subsistência, da sobrevivência familiar, era o que movia toda essa gente.

Finalizando o texto deste Prefácio, o prefeito Vendelino Royer escreve o seguinte:

Com a edição desta obra, estamos todos nós, nos fazendo ouvir, perpetuando a vida de cada um, e não mais apenas no vento lançando nossas esperanças. Um presente que todos nós ganhamos, pois de uma forma ou de outra ajudamos a escrever³⁶.

Com esta conclusão o leitor é direcionado a pensar que *todos* estão sendo ouvidos. Longe de ser esta a realidade, não se pode pensar que esta história faz parte da memória de todos os habitantes da cidade. A memória construída escrita nesta obra, pode não possuir estes significados para a grande maioria das pessoas que irão lê-la, que embora muitos dos moradores que residiam ali na época do alagamento, das expropriações, tenham *permanecido* na cidade até hoje, existem muitos que vieram após todo este processo e não atribuem a ele os mesmos sentidos presentes neste livro. Assim, fica clara a intenção em fazer com que este livro conte a História de Itaipulândia, a mesma que passará a ser ensinada em sala de aula.

No decorrer deste livro, pode-se encontrar vários destes elementos destacados em seu prefácio, enfatizando os chamados “colonizadores”, e também termos como “comunidades”,

³⁶SCARPATO, R.; BÖHM, I. B. **Itaipulândia: Seu povo, sua origem, sua história**. Itaipulândia: Edição do Autor, 2006.p. 9.

passando a ideia de um local livre de conflitos e disputas, “coragem”, entre outros que serão destacados mais adiante.

Um trecho interessante desta obra tem como subtítulo *O cotidiano das famílias: Universo do trabalho*, e aborda justamente esta questão da imagem do “colonizador” e de como teria “superado” as dificuldades encontradas quando chegou à região:

O cotidiano das primeiras famílias de colonizadores que se aventuravam a desbravar as matas do oeste paranaense era basicamente o mundo do trabalho. A família ocupava quase todo o tempo trabalhando, do amanhecer ao pôr-do-sol. O objetivo de todo este esforço era justamente a busca por um pedaço de terra maior e melhor para o sustento de suas famílias.

O primeiro desafio foi conseguir chegar até o local onde a terra havia sido comprada, fazendo picadas e vencendo a mata nativa. Era preciso ter muita coragem para participar da aventura de desbravar a região, abrindo caminho entre as imensas florestas, aparentemente impenetráveis; na força do machado, foice, facão e serra braçal³⁷.

Neste trecho, estão presentes, além dos termos já citados acima, outros como “desafios”, “aventura”, “desbravar”, passando justamente a imagem do “colono” como o primeiro a pisar nestas terras, a derrubar as matas “impenetráveis” até então, como a figura de um herói. O exemplo a ser seguido, do indivíduo que se dedica quase que exclusivamente ao mundo do trabalho, objetivando nada além do sustento da família. Indivíduo este que também é forte, consegue “vencer a mata”, construir sua casa, começar a plantação. Esta é a imagem do “colonizador”, tão citada neste livro e com a qual muitos dos moradores locais desta época se identificam e querem ser reconhecidos como tais.

Em outro subtítulo denominado *Lazer*, a ideia da “vida em comunidade” ganha destaque. Segundo os autores:

O lazer estreitava os laços de convivência entre os moradores das comunidades. Os encontros familiares eram momentos em que as famílias esqueciam as dificuldades e recordavam momentos felizes que viveram nos locais de origem. Nestes encontros se conversava sobre tudo; desde casos de morte e doenças até comidas, namoros, casamentos, clima e plantações³⁸.

Esta escrita pode nos levar a idealizar uma “comunidade”, no caso em questão Itacorá, como sendo um local onde as relações de amizade entre os moradores eram muito presentes. Quanto ao lazer, pode-se entender que as famílias se reuniam para lembrar os momentos felizes que

³⁷ SCARPATO, R.; BÖHM, I. B. **Itaipulândia: Seu povo, sua origem, sua história**. Itaipulândia: Edição do Autor, 2006. p. 55.

³⁸ Idem. p. 75.

viveram, antes da vinda para o oeste do Paraná, como se aqui esta felicidade não existisse, apenas o trabalho e as “dificuldades”.

Nas próximas páginas da mesma obra, as “comunidades” ganham destaque, assim como o trabalho coletivo dos moradores seja para ajudar um novo vizinho na mudança, ou para arrecadar fundos para as festas católicas, religião predominante na região, porém não deve ser entendida como única, ou na organização de bailes, matinês, desfiles cívicos, enfim, todas estas ações são mencionadas, como forma de mencionar a união dos moradores das localidades que hoje formam o município de Itaipulândia. A construção das escolas nestas vilas também é descrita em um trecho do livro:

A maioria das primeiras escolas foram construídas com o auxílio dos moradores que possuíam filhos em idade escolar. O trabalho era feito em regime de *mutirão* e praticamente todos colaboravam. O terreno para a construção da escola era cedido por algum agricultor, que assinava com a Prefeitura de São Miguel do Iguaçu um termo de comodato. As construções eram feitas com uma única sala de aula e os professores contratados eram pagos com recursos públicos³⁹.

O texto afirma que a colaboração para a construção das escolas vinha de “praticamente todos”, contudo não se pode afirmar que sim, realmente *todos* os moradores destas localidades trabalhavam nestas construções. Por se tratar de escolas, é possível que muitos pais realmente se empenhassem para ajudar, mas não se pode pensar que isso era uma prática em que a vila inteira estivesse inserida. Da mesma maneira, as demais atividades realizadas nos distritos citadas anteriormente, podem não ter sido realizadas por *todos* os moradores, pois não se pode afirmar estes locais como livres de disputas, de conflitos, em que *todos* possuem as mesmas ideias, vontades e perspectivas.

O final desta obra vem com o intuito de justificar a emancipação do distrito de Aparecidinha do Oeste, que, segundo os autores, havia um isolamento significativo entre este distrito e demais vilas e o município sede São Miguel do Iguaçu, cerca de 33 km de distância. No texto está presente a ideia do “progresso”, do “desenvolvimento”. De acordo com o livro:

Nos primeiros anos da década de 80 registrou-se um certo progresso no distrito de Aparecidinha D’Oeste, mas logo se percebeu que não haveria sustentabilidade e viabilidade econômica, pois aos poucos a população foi diminuindo. O hospital que havia sido instalado fechou as portas e deixou de atender a população. O mesmo aconteceu coma agência bancária do Bradesco que também fechou porque se tornou inviável manter uma agência na localidade. Comerciantes estavam deixando o distrito para investirem em outras cidades, dificultando com isso cada vez mais a

³⁹SCARPATO, R.; BÖHM, I. B. **Itaipulândia: Seu povo, sua origem, sua história**. Itaipulândia: Edição do Autor, 2006.p. 97.

vida dos habitantes locais. Todos percebiam que de certa forma a *comunidade* estava regredindo ao invés de evoluir.

A população do distrito almejava o desenvolvimento do lugar. O sonho dos moradores era ver a localidade se estruturar...⁴⁰.

Com esta narrativa acerca da busca do “crescimento”, do “desenvolvimento” de Aparecidinha do Oeste, os autores apontam como saída a criação do projeto de emancipação do distrito em 1989, que foi aprovado em 1992. Neste trecho, novamente se encontra o termo “comunidade” e também a tentativa de se passar a ideia de uma população local cujo único sonho era ver o distrito estruturado, “progredindo”. Esta ideia é encontrada também, em outros materiais do museu da cidade.

É perceptível o esforço por parte das administrações que já assumiram a prefeitura de Itaipulândia em fazer com que a memória oficial se torne algo hegemônico, presente no cotidiano local, através da preservação de todo este acervo de material na “Casa da Memória” e da elaboração do livro acima citado. Contudo, deve-se destacar ainda, a confecção de folders e panfletos com o objetivo de fazer a divulgação da imagem do município, estando muitos deles também arquivados no museu em questão. Ao fazer a pesquisa nos materiais existentes guardados na “Casa da Memória”, foram encontrados vários destes materiais, que chamaram a atenção. Alguns folders presentes no acervo me eram familiares, pois já havia recebido exemplares em casa, principalmente durante as festividades de final de ano e em época de eleições municipais.

É importante lembrar que Itaipulândia é um município que possui uma elevada renda per capita em função do recebimento dos *royalties* pagos por Itaipu. O repasse deste dinheiro varia de mês para mês, de acordo com a quantidade de energia disponibilizada para a comercialização. Até julho de 2011, o valor dos *royalties* acumulado pelo município é de US\$ 207,2 milhões⁴¹. Um valor bastante alto, principalmente considerando que a população total de Itaipulândia é de 9.007 habitantes (IBGE, 2010)⁴².

Com tanto dinheiro recebido, investir nas mais diversas áreas como transporte, infraestrutura, saúde, educação, saneamento básico, não é problema para a prefeitura municipal. É claro que, após os prefeitos efetuarem obras e investimentos para a cidade durante o período de seus mandatos, é preciso divulgar o trabalho feito e mostrar o quanto contribuíram para o “desenvolvimento” de Itaipulândia. Assim, os folders e panfletos são

⁴⁰ SCARPATO, R.; BÖHM, I. B. **Itaipulândia: Seu povo, sua origem, sua história**. Itaipulândia: Edição do Autor, 2006. p. 124.

⁴¹ ITAIPU BINACIONAL. Responsabilidade. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties>> Acesso em: 20 de maio de 2011.

⁴² PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA. Disponível em <<http://www.itaipulandia.pr.gov.br>> Acesso em: 12 de agosto de 2011.

confeccionados e distribuídos para os moradores locais e também para outros municípios da região.

Estes materiais, como já mencionado, foram encontrados no acervo da “Casa da Memória”, e acredita-se que ficam lá no intuito de divulgar a boa imagem da cidade, para seus visitantes e também para eventuais pesquisadores. A organização, escrita, impressão e distribuição destes folders e panfletos são efetuadas de acordo com a solicitação das administrações municipais. A ideia que é repassada aos leitores destes materiais é de um lugar hospitaleiro, bom para se viver, em constante desenvolvimento.

Analisando um destes folders produzidos para divulgação dos investimentos e das melhorias feitas na cidade durante o segundo mandato do prefeito Miguel Bayerle, 2001 a 2004, pode-se perceber logo no texto de abertura, qual o intuito da administração municipal em distribuir este material:

O município de Itaipulândia, situado em uma região rica e privilegiada, cercada pelas águas da maior hidrelétrica do mundo, a Itaipu, com aproximadamente 7.157 habitantes, localizada no centro do Mercosul, hoje é referência no estado, pela qualidade de vida que oferece a sua gente.

Com apenas 9 anos de emancipação política e sob a proteção de Nossa Sra. Aparecida, padroeira do município, Itaipulândia se transforma a cada dia, tanto nos setores produtivos, industrializados, agricultura, pecuária e turismo, como em estrutura, modernização e muitas obras.

Diversas etnias que compõem a cultura do povo itaipulandiense, que tem como traço marcante a hospitalidade.

Se você já conhece a terra
Venha conhecer o paraíso!⁴³

A palavra utilizada para descrever Itaipulândia é “paraíso”, na ideia de fazer com que o leitor desta mensagem imagine a cidade como tal. Outros termos como “qualidade de vida” e “hospitalidade”, podem passar uma ideia de que lá seria a cidade com que tantos sonham, um local que cresce a cada dia, conseqüentemente chamado promissor. Nota-se a intenção de divulgar o município como forte e hospitaleiro, seja para fazer com que cheguem novos moradores e, claro, investidores. Estes últimos já estão presentes no conteúdo da manchete do jornal O Estado do Paraná, de 1992, abordada acima, em que o primeiro prefeito de Itaipulândia, Lotário Otto Knob coloca que: *é preciso embelezamento total e incrementar projetos atraindo investimentos seja na agroindústria ou turismo com incentivos fiscais*⁴⁴. Significa que, desde a emancipação da cidade, uma das preocupações do poder público vem sendo atrair investidores.

⁴³ PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA. Terra de gente que faz! Administração 2001-2004.

⁴⁴ O ESTADO DO PARANÁ. “Administrar Itaipulândia é um sonho de muitos – o município recém-criado tem um super-orçamento e não tem problemas”. 12 de outubro de 1992. s/p.

A propaganda acerca do quanto a cidade de Itaipulândia é hospitaleira é aquela que está constantemente presente nestes materiais de divulgação. Em outro folder, ainda do período do segundo mandato do prefeito Miguel Bayerle, pode-se ver claramente a presença desta narrativa:

Itaipulândia, Terra de Gente que Faz!!!

Que faz acontecer: a administração dos recursos providos de sonhos que ficaram escondidos embaixo das águas de um lago, que gera uma das maiores produções de energia do mundo.

O município onde a saúde, a ação social, a educação dão exemplo a um país que procura através de belezas mil, mostrar que aqui é um lugar especial onde educar, cuidar da saúde e da ação social de sua gente são prioridades governamentais, e a valorização do ser humano é tida como principal meta. Aliada a isso, a cultura e o esporte impulsionam o crescimento intelectual e melhoram a qualidade de vida da população⁴⁵.

Novamente se encontra a tão sonhada “qualidade de vida”, algo que tantas pessoas buscam hoje em dia e que, segundo esta narrativa, encontrarão em Itaipulândia. Destaca-se ainda, a questão do alagamento de mais da metade do território do município, com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que aqui é justificada por gerar a “maior produção de energia do mundo”. A narrativa acaba fazendo com que todo o processo de expropriação de tantas pessoas fique em plano secundário diante das vantagens advindas de Itaipu.

Dando continuidade ao texto introdutório deste material de divulgação elaborado para comemorar os 10 anos do município, o então prefeito Miguel Bayerle, escreve o seguinte:

Itaipulândia, o município das grandes obras, dos espaços ocupados com o progresso estrutural, fomenta o desenvolvimento e o crescimento na busca de um selo de qualidade, terra de gente que faz.

Terra de povo acolhedor, de gente que acredita nos sonhos e junto à administração municipal constrói uma cidade aconchegante. São dez anos de conquistas, de franco progresso e desenvolvimento, onde juntos, tornamos Itaipulândia, um lugar melhor para se viver.

Parabéns a todos vocês, população e administração de forma geral, pois somos um povo que constrói a sua história e deixa suas marcas reproduzidas nesta revista, que mostra um pouco deste crescimento. É parte da história que construímos em parceria e agora orgulhosamente dividimos com vocês!!!

Miguel Bayerle
Prefeito Municipal
Gestão 2001/2004⁴⁶

Encontra-se novamente a tentativa, por parte da prefeitura municipal, de passar a imagem da cidade acolhedora, nas palavras do texto, “aconchegante”. A narrativa pode passar a ideia de

⁴⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA. Terra de gente que faz! Administração 2001-2004.

⁴⁶Idem.

que a população, juntamente com a administração do município, trabalhe junto para que Itaipulândia “cresça” sempre mais. Torna-se complicada esta fala, no sentido de que, a grande parcela dos munícipes procure formas de manter a subsistência, sua e de seus familiares, e dificilmente terão o dito “progresso da cidade” como objetivo pessoal de vida. Por fim, o prefeito coloca a intenção por trás da produção do referido material, para que as pessoas vejam o quanto, segundo ele, a cidade cresceu, e o orgulho que tem em mostrar seu trabalho para todos. Obviamente durante os 8 anos em que exerceu a função de prefeito de Itaipulândia, obras e projetos de investimentos para a cidade devem ter sido feitos, afinal o dinheiro recebido de Itaipu sempre foi bastante alto.

A questão levantada aqui é em relação às propagandas acerca do quanto a cidade se desenvolve entre um mandato e outro. As cidades naturalmente tendem a crescer em termos populacionais com o passar do tempo. Itaipulândia não fica fora desta realidade, especialmente considerando os benefícios que os moradores locais recebem do poder público: necessidades básicas como saúde e educação são quase que gratuitas. Nesta conjuntura, percebe-se a repetição de uma narrativa nestes folders de propaganda da cidade, em ressaltar o quanto ela vem “crescendo”. Ora, em se falar de aumento populacional, não é algo inusitado, próprio de Itaipulândia, que tem seu número de habitantes aumentado, especialmente em anos de eleições municipais. Por outro lado, tem-se a mesma fala a respeito das obras públicas, os investimentos feitos, a cidade sendo embelezada e recebendo melhoria em sua infraestrutura. Cabe lembrar que o valor recebido mensalmente de Itaipu é de US\$ 659,1 mil⁴⁷, mais de 1 milhão de reais mensais para 9.007 habitantes (IBGE, 2010)⁴⁸. Ou seja, a quantidade de dinheiro é muito alta, e todos estes investimentos feitos por parte dos prefeitos durante suas administrações, nesse sentido, são por vezes mínimas, considerando a grande quantidade de verba que recebem para fazer justamente isto.

Todos estes materiais de divulgação e muitos outros estão, como já mencionado, arquivados na “Casa da Memória”, e procuram mostrar por meio de imagens, a história que vem sendo colocada como a oficial da cidade, que procura idealizar a imagem do “colonizador”, como dito na ideia de passar um exemplo a ser seguido, através da exposição de utensílios domésticos utilizados na época (1960), e também da elaboração do livro citado anteriormente, que narra a história da cidade e conseqüentemente destas pessoas. Não se

⁴⁷ ITAIPU BINACIONAL. Responsabilidade. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties>> Acesso em: 20 de maio de 2011.

⁴⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA. Disponível em <<http://www.itaipulandia.pr.gov.br>> Acesso em: 12 de agosto de 2011.

pretende aqui, de forma alguma, afirmar que a história da vida dos indivíduos que vieram para o oeste paranaense, a partir da década de 1960, não mereça destaque na memória de Itaipulândia e de tantas outras cidades. Pelo contrário, acredita-se que as memórias, as experiências vivenciadas por tanta gente deve ser preservada, por ser tão rica de valores e significados. O que cabe aqui é apontar que, em Itaipulândia, não existe por parte de toda a população, a intenção de valorizar esta memória, mesmo porque, este processo, em alguns casos, não pertence a suas trajetórias pessoas de vida.

Embora existam certas vantagens oferecidas pelo poder público ao morador de Itaipulândia, não são suficientes para fazer com que o povo permaneça lá durante a vida toda. Foram tantas pessoas deixando a cidade para viverem em outros locais, desde o início dos anos de 1980 com as expropriações feitas por Itaipu, que grande parte de seus primeiros moradores e descendentes, não vive ali há muito tempo. Neste sentido, a tentativa de se construir uma história em que estes indivíduos são os principais personagens fica frustrada à medida que esta não faz sentido para as pessoas que vivem na cidade hoje, pois muitas não tiveram contato algum com estas pessoas e nem com o passado que elas viveram.

Ainda que a cidade aumente seu número de habitantes todos os anos, as pessoas que chegam têm trajetórias de vida alheias a todo este processo. E muitos que vivem ali também vão embora, justamente porque não têm como principal meta de vida fazer de Itaipulândia uma cidade “acolhedora”, em “franco desenvolvimento”. Os objetivos são outros, ter um emprego melhor, viver mais perto de familiares, aumentar a renda da família, e se para alcançá-los for necessário partir de Itaipulândia para outros lugares, para muitos não há problemas.

Entende-se então que, a preservação da história oficial de Itaipulândia hoje, conte com projetos das administrações municipais para que esta chegue até as escolas e os munícipes, é algo que vem sendo deixado de lado. Não se acredita que isso ocorra pela falta de interesse das pessoas em conhecer esta história, e sim por dois motivos. Primeiro, porque a cidade está repleta de sujeitos que chegam e que vão embora, e os que chegam raramente tem algum vínculo com este passado. É preciso entender que Itaipulândia não é uma cidade única, isolada em que todos os que viveram ali, irão permanecer até o final de suas vidas, as pessoas se movimentam, rumam para outros lugares. Segundo, porque para aqueles moradores que vivem ali desde muito antes de todo este processo de expropriações, alagamento e posteriormente o de emancipação de Itaipulândia, embora possam se reconhecer como sujeitos neste passado, porque compartilham desta memória social, existe o anseio de serem reconhecidos para além desta história.

Pode-se perceber esta questão no capítulo seguinte, em que os entrevistados procuram destacar experiências deles e seus familiares, talvez no intuito de mostrar que são únicos, não são iguais a todos os outros que compartilham desta mesma memória. Procuram deixar claro que os acontecimentos de suas vidas são diferentes dos acontecimentos da vida de outras pessoas e, portanto, merecem ser reconhecidos desta forma. Não parece que se limitam a figura do “colono”, embora queiram ser vistos como tal, querem algo mais, apontam as dificuldades superadas, os problemas enfrentados e o que obtiveram de sucesso, a fim de talvez, obter o reconhecimento por tudo aquilo que viveram. A memória de uma cidade precisa acompanhar estas idas e vindas, precisa estar relacionada ao presente, para que aqueles que vivem nela se reconheçam enquanto sujeitos de sua história, e também ao passado, em que os sujeitos se percebam nele, não sob a forma de um único ser, o “colono”. Caso contrário, o passado preservado de forma romantizada, por si só, se torna alheio a tanta gente e conseqüentemente esquecido.

Ao se observar como a história da cidade de Itaipulândia vem sendo construída, pode-se perceber que está presente a ideia de passar a imagem de um município “desenvolvido”, em “constante crescimento”. Nota-se também que estas versões são contadas através de narrativas principalmente de prefeitos, que divulgam seus feitos, suas obras, durante seus mandatos. Utilizam a população apenas como instrumento, no intuito de mostrar o quanto os moradores da cidade são beneficiados por residirem ali. As pessoas aparecem de certa forma como figurantes neste processo de construção da memória oficial de Itaipulândia, sendo que deveriam ser eles os responsáveis por narrar esta história, afinal, suas vidas fazem parte dela.

O capítulo seguinte procura justamente mostrar um pouco da memória destes indivíduos que vivenciaram todo este processo da chegada às terras da região, o surgimento das vilas, e conseqüentemente o alagamento para a construção de Itaipu, as indenizações e expropriações. Histórias que não permanecem em nenhum acervo municipal, apenas nas memórias de seus narradores.

CAPÍTULO III

“Por falta de terra pra trabalha o irmão dele foi pesca e morreu na água pescando nesse lago, nesse maldito lago de Itaipu”: Memórias da expropriação.

No capítulo anterior, problematizou-se a forma como a história do município de Itaipulândia vem sendo narrada pelas fontes oficiais da cidade, muitas delas encontradas no acervo da “Casa da Memória”. Neste capítulo, optou-se por analisar algumas memórias de sujeitos que residem no local, e que vivenciaram o processo de expropriação e alagamento de suas terras, para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

A principal questão que norteou as entrevistas foi justamente o alagamento e as indenizações, os sentidos atribuídos pelos entrevistados a todo este processo, ponto fundamental deste capítulo. Contudo, outros assuntos iam sendo abordados no decorrer das falas, como por exemplo, como era o dia-a-dia nas localidades em que viviam antes das expropriações, no que estes indivíduos trabalhavam, porque vieram para a região oeste do Paraná.

No primeiro momento das entrevistas para esta pesquisa, foi perguntado aos entrevistados sobre Itacorá, distrito administrativo de São Miguel do Iguazu na época, e sobre como seus moradores receberam a notícia de que toda a vila ficaria submersa para que Itaipu fosse construída. Destaca-se o interesse em tratar este assunto porque foi devido ao alagamento do lugar e a transferência do comércio, escolas, hospital, agência bancária, para Aparecidinha do Oeste, que fez com que esta última fosse designada município cerca de uma década mais tarde.

O senhor Élio Bruch, 70 anos, residia em Esquina Gaúcha durante este período. Lá era dono de uma mercearia, seu comércio não foi atingido pela construção da barragem, porém grande parte da localidade foi alagada, impossibilitando que o senhor Élio e sua família continuassem vivendo lá, administrando seu negócio. Quando perguntado sobre como era a vila de Itacorá, ele fala o seguinte:

Élio: Olha, o que que vou dizê , naquele tempo, o distrito de Itacorá, ele igualava o distrito de Missal... e qual é o outro ali... de Vera Cruz d'Oeste, que era os distrito

mais forte, assim considerado na região.... e Itacorá tava... naquela base então, vamo supor, tava... um lugar bastante avançado⁴⁹.

Pode-se perceber na fala do senhor Élio, a questão abordada no capítulo anterior, em que as narrativas destacam o lugar desenvolvido, “bastante avançado”. Segundo ele, na época, alguns dos distritos considerados fortes eram Missal, Vera Cruz do Oeste e Itacorá. Embora o entrevistado e seus familiares não tenham sido atingidos e expropriados, sofreram com este processo da mesma forma, à medida que não puderam continuar vivendo em sua propriedade e muito menos continuar mantendo o comércio aberto, já que a grande maioria dos moradores da localidade de Esquina Gaúcha foi expropriada em função da construção de Itaipu.

O senhor Élio narra em sua entrevista que chegou em Esquina Gaúcha no ano de 1973 vindo do município de Pérola do Oeste, permanecendo lá até 1982. Afirma que teve de deixar seu ponto de comércio e até hoje não recebeu nenhum tipo de indenização. Mudou-se para Aparecidinha do Oeste e instalou novamente sua mercearia. Quando perguntado a respeito da relação que mantinha com seus clientes, ele responde o seguinte:

Karen: Tinha mais cliente lá ou aqui?

Élio: Olha, aqui tinha mais, só que lá você tinha uma clientela mais positiva, porque era tudo...colono, sabe, pequenos agricultores.

Karen: Um povo mais próximo?

Élio: É, era tudo uma clientela assim uma clientela de mais confiança⁵⁰.

Podemos perceber nesta passagem da fala do entrevistado que, embora a clientela de sua mercearia fosse maior em Aparecidinha do Oeste, ele considera que os clientes de Esquina Gaúcha eram mais “positivos”. É possível entender que, para o senhor Élio, as relações de confiança estabelecidas com seus vizinhos, e eventuais compradores, ainda hoje possuem significados em suas memórias.

Outro entrevistado, o senhor Dirceu Balen, 48 anos, natural do Rio Grande do Sul, veio para o Paraná no ano de 1979 com 18 anos de idade. Conta que sua família era bastante grande e a terra para o trabalho era pouca, então decidiu vir morar com seu tio, que tinha comércio no distrito de Inhuverá, próximo a Itacorá, também em meio a Estrada das Quedas. Esta localidade encontra-se hoje, totalmente alagada. Assim como o senhor Élio, o tio do senhor Dirceu também possuía uma mercearia e foi mais um dos comerciantes que, após o alagamento, instalaram-se em Aparecidinha do Oeste.

⁴⁹ BRUCH, Élio. Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2011. Realizada por Karen Loraine Krauluch nas dependências da residência do entrevistado em Itaipulândia - PR.

⁵⁰ Idem.

Em sua narrativa explica que quando chegou à localidade de Inhuverá, o processo de expropriações e indenizações daqueles que seriam atingidos já havia começado. Seu tio já tinha conseguido comprar outras terras, agora em Aparecidinha, e pôde organizar sua mudança com tranquilidade. Sobre como era a vila de Itacorá, o senhor Dirceu aponta que:

Dirceu: Sim, era em Itacorá. Itacorá tinha banco, postos de combustível, hospitais, é, essa linha aí que não tinha no interior, daí era tudo lá em Itacorá.

Karen: E aqui em Aparecidinha? Aparecidinha era menor?

Dirceu: Era menor. Na época o Itacorá, na época lá, vamo considera que Aparecidinha representava 15 a 20% do que era Itacorá, porque ainda tava se formando, Aparecidinha aqui era só a avenida, só a avenida mesmo⁵¹.

O entrevistado conta que, como chegou à região quando as expropriações já haviam começado, viu apenas o fim das localidades como Itacorá, por exemplo. Algumas de suas lembranças do local são formadas de histórias que seu tio ou os vizinhos contavam, mas afirma que “tudo era em Itacorá”, referindo-se ao atendimento de algumas das necessidades básicas da população que residiam ali e nas vilas mais próximas. Compara Itacorá com Aparecidinha do Oeste na época, deixando claro que esta segunda só possuía a avenida, e não tinha tanta representatividade para a população quanto a primeira.

Quando perguntado ao senhor Dirceu sobre como era a relação do seu tio, dono da única mercearia da vila de Inhuverá, com a população que vivia no local, ele conta que:

Karen: E como é que era assim, a clientela do seu tio?

Dirceu: A maioria do povo lá era agricultor, e naquela época lá, o comércio, ele teria que subsidiá praticamente ali a linha de mercado e coisa, tudo durante o ano, pra que no momento da safra o pessoal pagava de uma vez tudo, uma vez por ano. Não era que cada vez que o pessoal ia no comércio, pagava, né? Era tudo anotado e depois na safra, como ele fazia compra de soja, milho, suíno, e quando o pessoal ia vendê também acertava no comércio, não é que cada vez, é um negócio bem interessante, né?

Karen: A cadernetinha, né?

Dirceu: É a cadernetinha. Era bem diferente do que é hoje.

Karen: E o pessoal lá se dava bem, tinha união?

Dirceu: Sim, todo mundo conhecia todo mundo, se respeitava, era bem...

Karen: E o seu tio tinha uma relação bem boa com o pessoal?

Dirceu: Sim, bem, bem...⁵².

É perceptível a semelhança na fala do senhor Dirceu e do senhor Élio sobre a questão das relações estabelecidas entre os donos do comércio e seus clientes. Por ser uma localidade pequena, o tio do entrevistado fazia uso da “caderneta” para anotar o que cada um comprava, e recebia o dinheiro no final da safra. Não se pode afirmar que o dono do comércio confiava

⁵¹ BALEN, Dirceu. Entrevista concedida em 07 de maio de 2011. Realizada por Karen Loraine Kraulich nas dependências da residência do entrevistado em Itaipulândia - PR.

⁵² Idem.

em todos os seus compradores, mas por ser um distrito com um número de moradores bastante reduzido, em que todos praticamente se conheciam, ficava fácil encontrar os clientes na hora de receber o pagamento. Em sua fala aparece a expressão “todo mundo se conhecia, se respeitava”, dando a ideia do dia-a-dia dentro de uma comunidade, um local em que não existem conflitos, nem divergências. Torna-se complicado a utilização deste termo, porque não se pode afirmar que uma vila, por menor que seja, sempre tenha sido totalmente livre de disputas internas e desentendimentos.

Diferente do senhor Élio, que mantém vivo ainda em suas memórias o modo como ele e sua família viviam em Esquina Gaúcha, lembrando com certo carinho este passado, o senhor Dirceu afirma que viveu apenas cerca de um ano no distrito de Inhuverá, portanto não atribui os mesmos sentimentos de saudades daquela época, que estão presentes na narrativa do senhor Élio.

Sobre o processo de indenização e expropriação dos atingidos por Itaipu, pode-se afirmar que este se deu de forma bastante contraditória, não apenas na região do atual município de Itaipulândia, mas em todas as cidades alagadas de modo geral. O casal Antonio e Olinda Dalosto, vindo do Rio Grande do Sul para o Paraná no ano de 1967, comprou suas terras na localidade de Lindamar que está com parte do seu território submerso atualmente, narram como foi para eles receber a notícia de que seriam expropriados:

Olinda: Nós viemo do Rio Grande, em 67, e daí comecemo a vida no meio do mato, muito sofrido, né?

Antonio: (risos)

Olinda: E, daí, depois, quando veio num belo dia, a notícia que ia ser indenizado pela Itaipu. Mas nósrecebemo a notícia, muito triste, muito revoltado, porque nós tinha começado a vida ali, e ali nós queria ficá. Mas daí passou anos, isso foi em 73, porque eu me lembro bem, a Marli era pequena, e aí nós tinha uma reunião no Itavó, e eu fui com a nenê no colo, ainda me lembro bem .E vim prá casa, chorei, porque nós tinha que abandoná as terra que nós tinha, o primeiro pedacinho de terra que nós tinha conseguido, né. Mais tá, passou muitos ano, daí a gente até achou que aquilo tudo era, era...

Antonio: Conversa⁵³.

Na fala da senhora Olinda, se encontram alguns termos como “começar a vida no meio do mato” e “muito sofrido”, referindo-se a todo este processo, que pode indicar a intenção de serem reconhecidos como os chamados “pioneiros” da região, ou ainda no sentido de valorizar a própria experiência vivida. Chama a atenção para as dificuldades que vivenciaram

⁵³ DALOSTO, Antonio; DALOSTO Olinda. Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2011. Realizada por Karen Loraine Kraulich nas dependências da residência dos entrevistados no distrito de Jacutinga, Itaipulândia - PR.

quando chegaram ao Paraná logo no início da entrevista, destacando que estavam lutando para começar a vida no pedaço de terra que haviam comprado. Cabe destacar que este processo de desmatamento, para que as primeiras casas fossem levantadas, não é único da região oeste paranaense, este se deu na maioria das regiões do país, em períodos diferenciados. Mas vale ressaltar a subjetividade presente na narrativa da entrevistada, deixando claro o período difícil que sua família teve de superar nos primeiros anos que viveram na região, e o quanto para eles este passado é significativo e motivo de orgulho até os dias de hoje. Durante a entrevista, a senhora Olinda mostrava-se bastante emocionada em falar no assunto, principalmente quando se referia ao fato de serem obrigados a deixar suas terras, para ela receber esta notícia foi “muito triste”, uma vez que era o primeiro pedaço de terra que tinham conseguido comprar.

Sobre o modo como o casal e sua família viviam na época na localidade de Lindamar, a relação que tinham com os vizinhos, a senhora Olinda aponta que:

Que que vou te dizê? Bem melhor, porque até ali a gente se preocupava menos, como hoje, né, hoje, é tudo mais fácil, né, mas se preocupa mais, na época era tranquilo, né, você trabalhava, comércio era longe, porque era lá no Itacorá, então era tudo sacrificoso, né, mas era assim com todos naquele tempo. Os vizinho era bom, porque tinha mais, isso até era mais bonito, né, por que era poucos, uns vizinho que era unido⁵⁴.

Novamente se encontra a entrevistada destacando que o período em questão foi difícil, talvez no intuito de mostrar a superação de todas estas dificuldades. Também se percebe semelhanças com as falas dos outros entrevistados, afirmando que os vizinhos eram unidos, passando a ideia de um lugar tranquilo, nas próprias palavras da senhora Olinda. Para ela, embora os dias atuais sejam mais fáceis, acredita-se que está se referindo ao fato de as coisas serem mais acessíveis hoje do que eram na época, era um tempo em que as preocupações eram menores. Ressalta, ainda, a questão de Itacorá, como o local onde se encontrava o comércio, portanto, referência para os moradores da localidade de Lindamar.

A respeito das negociações com Itaipu, o casal afirma que achava que o preço que foi pago por sua propriedade era baixo, e que demoraram certo tempo para aceitarem um acordo. Contam que dos 12 alqueires de terra que possuíam, foram indenizados apenas cerca de 7alqueires, restando ainda um pedaço de terra que não podiam deixar para trás e que tinham

⁵⁴ DALOSTO, Antonio; DALOSTO Olinda. Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2011. Realizada por Karen Loraine Kraulich nas dependências da residência dos entrevistados no distrito de Jacutinga, Itaipulândia - PR.

dificuldade em vender, devido ao alagamento de grande parte da vila em que viviam. Sobre esta questão da indenização, o senhor Antonio afirma que:

Antonio: Aconteceu que, nósé,nóis fumo indenizado aí, pela metade da época, sabe, foi um tanto indenizado, os primeiro que saíram um pouco melhor, os primeiros, né. E daí, nós ficamo ali pela metade, das indenização. Daí, inclusive eu nem aceitei duas veis, mas daí o doutor Armando tornou vim lá de novo e daí nós já tava vendo que as terratava subindo muito em roda, foi em torno da própria indenização, e daí, nós não ia podêcomprá a mesma terra com o dinheiro que ganhemo lá. Na verdade, não podemo, compremomenas terra com o dinheiro que foi ganhado lá. Então foi a partir dali que houve uma greve então, de todos os agricultores, até essa greve foi feita as reunião lá na Foz do Iguaçu.

Karen: Lá em Foz, né?

Antonio: É. Daí depois dessa greve que até nós até já tinha sido desapropriado, aí sim, os último saíram melhor. Então nós, bem ali no meio, naquela época foi os pior que saiu desapropriado⁵⁵.

O entrevistado se refere ao acampamento dos atingidos no trevo de acesso à cidade de Foz do Iguaçu que se deu no ano de 1981, resultado da organização de moradores de vários dos municípios que seriam alagados, e que contava com lideranças de diferentes localidades e com o auxílio e orientação de membros da Igreja Católica e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Esta organização denominada “Movimento Justiça e Terra” foi a forma que muitos moradores que seriam expropriados encontraram para lutar coletivamente contra Itaipu por indenizações mais justas.

Judite Schmitt analisa este processo em sua dissertação⁵⁶, onde busca entender o processo de disputas em torno da memória deste Movimento, utilizando as narrativas de lideranças religiosas, de líderes do Movimento, atingidos, e também moradores que participaram, sem assumirem lideranças, mas para conquistarem um preço mais “justo” pelas terras que seriam alagadas. Schmitt mostra como este período de organização e luta dos atingidos por Itaipu está repleto de contradições e significados diferentes para os sujeitos, um processo heterogêneo, porém, que rendeu algumas conquistas durante negociações com dirigentes da Usina.

Voltando ao trecho citado acima, para o entrevistado os agricultores só passaram a receber um preço mais alto pelas terras após o término da “Greve”. Coloca que os primeiros moradores que foram procurados pelos funcionários de Itaipu conseguiram um preço bom

⁵⁵ DALOSTO, Antonio; DALOSTO Olinda. Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2011. Realizada por Karen Loraine Kraulich nas dependências da residência dos entrevistados no distrito de Jacutinga, Itaipulândia - PR.

⁵⁶ SCHMITT, J. V. **Os atingidos por Itaipu: história e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000.** 2008. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/PR, 2008.

pelas suas propriedades, mas que posteriormente os preços foram baixando, aumentando apenas após a referida greve, então quando recebeu sua indenização, “no meio do processo”, o valor não foi justo, tendo sua família saído “prejudicada”.

Embora hoje o casal entrevistado e sua família tenham conseguido certa estabilidade financeira, vivendo ainda da agricultura, os sentimentos deste passado permanecem presentes em suas memórias. Atribuem significados de que foram tempos difíceis, desde a chegada à região e posteriormente com a expropriação. Para eles, a indenização recebida não foi justa, que além do preço baixo, a terra que tinham não foi totalmente alagada, restando cerca de 4 alqueires que não conseguiam vender e também não poderiam abandonar, para comprar outra propriedade em um local mais longe. Nas palavras da senhora Olinda:

Olinda: Daí, nós nem podia comprá outra morada longe, nós tinha que voltá e trabaia naquele pedaço, que naquela época, ninguém queria comprá aqueles resto. Achavam que ia ficá ruim, que ia vim muito mato, ia começá... que ia vim cobra, isso e aquilo. Os que começaram comprá aqueles restinho ficaram bem, só que naquela época ninguém queria comprá e nós depois demo pro Valmir e depois acabemo vendendo pro Ivo, depois que o Ivo voltou morá lá, né. Mas, então nós sempre tinha que ir trabaia lá. Eu, prá mim, aqueles ano foram os mais sofrido, nós vinha de Missal, sempre, plantava milho, não podia plantá... soja mais lá, porque passava veneno. Então quebrá aquele milho na mão e carregá as picape, levá tudo prá trata as criação. Se fosse indenizado, tudo, nós podia comprá uma morada melhor, né, porque daí nós recebia mais dinheiro⁵⁷.

Mais uma vez a entrevistada chama atenção para as dificuldades enfrentadas por ela e sua família no período após a expropriação, em que se mudaram para uma propriedade no município de Missal, e precisavam voltar para a vila de Lindamar, cuidar da terra que lhes restava. De acordo com sua narrativa, se Itaipu indenizasse toda a propriedade, poderiam ir para um “lugar melhor”, no entanto foram obrigados a permanecer na região e cultivar os alqueires que haviam restado. Importante ressaltar que, no início, a entrevista seria feita apenas com o senhor Antonio, mas foi sua esposa, a senhora Olinda, quem falou a maior parte do tempo. Acredita-se que esta assume o papel de quem guarda a história da família, dando destaque às dificuldades enfrentadas e superadas por todos.

O senhor Remídio Barth, 62 anos, vindo do estado de Santa Catarina para o Paraná no ano de 1963, também narra este processo de expropriações e indenizações em função da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. O entrevistado narra que ele e sua família se

⁵⁷ DALOSTO, Antonio; DALOSTO Olinda. Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2011. Realizada por Karen Loraine Kraulich nas dependências da residência dos entrevistados no distrito de Jacutinga, Itaipulândia - PR.

instalaram na vila de Itacorá assim que chegaram à região. Quando perguntado sobre as razões que levaram seus pais a mudarem-se para cá, ele responde o seguinte:

Karen: E porque que vieram prá cá?

Remídio: Meu pai pensou de melhorá a vida, né. Acho que ele também tinha muita coragem, porque vim pro mato...a minha mãe tava grávida, com 7 meses...e vim no meio do mato, assim...com crianças pequenas, foi muita coragem.

Karen: Com essas estradas, né. Quantos eram a família de vocês?

Remídio: Nós era...em...13 pessoas, 11 irmãos, né⁵⁸.

Assim como na narrativa da senhora Olinda, está presente no relato do senhor Remídio a questão da “coragem” que seus pais tiveram para mudar-se para a região talvez no sentido da valorizar a trajetória de vida de sua família. Segundo ele, a mudança para o Paraná se deu na tentativa de “melhorarem de vida”, motivo pelo qual muitas outras famílias fizeram esta mesma escolha, e vieram viver “no meio do mato”. É perceptível nesta fala que, para o entrevistado, a coragem de seus pais, sua mãe grávida, com crianças pequenas, de enfrentar as dificuldades para se instalarem em Itacorá, é motivo de orgulho, algo que para ele possui significado até hoje.

Interessante visualizar o quanto estas memórias de que os tempos vividos na época em que os entrevistados chegaram ao Paraná são narradas de forma a exaltar as ações destes sujeitos, a “derrubada do mato”, a distância entre suas propriedades e as escolas, comércios, hospitais, enfim, as mencionadas “dificuldades”, rememoradas como uma luta que foi vencida, e merece destaque em suas narrativas, para que quem as escute, saiba o quanto o trabalho destas pessoas foi importante, é significativo e portanto, merece ser lembrado.

Esta é justamente uma das principais características da fonte oral, possibilita o indivíduo narrar um passado, sem estar preso às versões ditas oficiais desta história. Estas narrativas levam o historiador a tomar conhecimento de acontecimentos que a História Oficial não aborda, e assim poder trabalhar com eles, problematizando-os da forma que considerar mais conveniente. Não se pode deixar de frisar que, embora as fontes orais contem versões diferentes, não significa que sejam unicamente verdadeiras, afinal, os sentidos que os sujeitos atribuem ao passado, vão de acordo com as suas experiências vividas e os significados que estas tiveram para ele, sendo geralmente diferente de uma pessoa para outra.

Diferente da narrativa do senhor Antonio, que demorou a acertar as negociações acerca da indenização de sua propriedade, o senhor Remídio conta que seu pai, logo que

⁵⁸BARTH, Remídio. Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2011. Realizada por Karen Loraine Kraulich nas dependências da residência do entrevistado no distrito de São José do Itavó, Itaipulândia – PR.

recebeu a notícia de que a vila em que viviam seria alagada, decidiu vender suas terras de imediato, para tentar comprar terras em outro lugar o mais rápido possível. Segundo o entrevistado:

Karen: E como que o pessoal chegou na casa de seu pai?

Remídio: Ah...eles...através assim...sabe, eles vinham e...comentavam que iam ser indenizados, né, daí...no dia que eles apareceram...então eles foram... eles vieram fazê o levantamento, mediram as casas, e ...contaram as árvores frutíferas todas, né...o que tinha...

Karen: Benfeitoria?

Remídio: Benfeitoria... cerca... tudo...tudo eles olhavam, mediram, né.

Karen: E depois, eles fizeram a oferta.

Remídio: Eles fizeram a oferta e daí...antes de eles indenizá o meu pai vendeu .

Karen: Por que que ele vendeu?

Remídio: Vendeu porque...tinha pressa prá ir de mudança lá prá...sabia que tinha que saí, né, então tinha oportunidade de ir lá e comprá umas terra lá...em Ipiranga, perto de Ponta Grossa, né, e lá...daí ele pegou...e daí depois que saiu aquela greve...dos agricultores e...daí, eles pegeram 50% de aumento⁵⁹.

Neste trecho da entrevista, ele descreve de forma rápida como os funcionários de Itaipu chegaram à casa de seu pai, o que foi avaliado, para que em seguida fosse feita a oferta do preço que poderiam pagar pela propriedade, juntamente com as benfeitorias. De maneira contrária ao senhor Antonio, o pai do senhor Remídio vendeu suas terras rapidamente, deixando que o comprador negociasse com Itaipu quando chegasse a hora. Assim pôde comprar terras na região de Ponta Grossa, e se instalar com seus familiares antes que a vila de Itacorá fosse atingida. Não se encontra na fala do entrevistado um destaque quanto ao sentimento de tristeza por serem obrigados e deixar a terra em que viviam por tanto tempo, elemento tão presente na narrativa da senhora Olinda. Percebe-se que, neste caso, a família optou pelo lado prático, vendendo o que possuía de forma rápida, para conseguir outro lugar para morar. Um aspecto interessante na entrevista do senhor Remídio foi que, ficou um pouco nervoso e falou bastante sobre o “Movimento Justiça e Terra”, nas palavras do entrevistado, a “Greve” dos atingidos em Foz do Iguaçu enquanto o gravador estava desligado. Seu tio, Marcelo Barth, foi um dos líderes do Movimento, sendo inclusive muito citado no texto de Judite Schmitt⁶⁰. O entrevistado pediu para não falar sobre o assunto com o gravador ligado. Nesta passagem da entrevista, faz apenas uma pequena menção à referida “Greve”, apontando, assim como a senhora Olinda, que Itaipu passou a pagar preços mais justos pelas

⁵⁹ BARTH, Remídio. Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2011. Realizada por Karen Lorain eKraulich nas dependências da residência do entrevistado no distrito de São José do Itavó, Itaipulândia – PR.

⁶⁰ SCHMITT, J. V. **Os atingidos por Itaipu: história e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000**. 2008. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/PR, 2008.

terras após este acontecimento. É preciso destacar ainda, que o assunto da entrevista não seria sobre o Movimento e o acampamento que seu tio ajudou a liderar no trevo de acesso a Foz do Iguaçu em 1981, o que seria interessante, porém o senhor Remídio fez questão de deixar claro que não queria falar sobre isto. Pode-se perceber que, embora muitos dos atingidos não tenham participado ativamente do Movimento, suas reivindicações e conquistas são reconhecidas e rememoradas, dando a ideia de que este foi realmente um marco bastante significativo durante todo este processo de negociações, indenizações e expropriações feitas por Itaipu.

Pode-se ir percebendo que o processo de expropriação e indenização dos atingidos por Itaipu não foi tranquilo e muito menos se deu de forma igual para todos. Foi um período de constantes conflitos, em que não eram apenas as propriedades que estavam em jogo, e sim uma infinidade de sentidos atribuídos pelos sujeitos àquelas terras, às relações entre vizinhos, o modo de vida ao qual estavam habituados e que precisaram mudar de forma repentina.

Muitas pessoas conseguiram acordos de imediato com os funcionários de Itaipu e deixaram logo suas propriedades, outros demoraram algum tempo para tentar acertar o chamado “preço justo”, já outros permaneceram até os momentos finais do processo, e continuam sem receber o dinheiro até os dias de hoje. Como dito anteriormente, grande parte dos moradores e comerciantes que vivem na vila de Itacorá e em outras comunidades menores como Esquina Gaúcha e Inhuverá, mudaram-se para Aparecidinha do Oeste antes que estes locais fossem atingidos. Mas havia aqueles moradores que permaneciam nestas localidades, por motivos diferenciados, inclusive o de tentar conseguir um valor mais alto pelas terras que possuíam.

O senhor Dirceu Balen, que veio para a linha Inhuverá trabalhar com seu tio em sua mercearia conta que seu tio não teve problemas quanto ao preço pago por Itaipu pelas propriedades, cerca de 40 alqueires de terra e o ponto de comércio. Mas reconhece que esta não foi a realidade vivenciada por todos, quando explica que seu tio, mesmo montando outra mercearia em Aparecidinha do Oeste, continuou com a venda em Inhuverá, para atender as famílias que continuavam lá. Nas palavras dele:

Karen: E quando veio a indenização, ele conseguiu transferir a mercearia para um outro lugar?

Dirceu: Sim, ele já tava, nos últimos anos que ele tava instalado lá, nos últimos dois anos, ele já tinha construído aqui em Itaipulândia, então ele já tinha na época, Aparecidinha, não era município ainda. Daí ele...conforme as coisas foram diminuindo lá, ele foi mudando, né? Ele deixou pouca coisa lá, porque o pessoal também foi saindo, diminuiu muito o pessoal de lá. Tipo assim, se existiam 100

famílias, no final tinha só 10, 12, 15, então ele foi transferindo toda a linha de comércio pra cá. Gradativamente, conforme o pessoal ia saindo.

Karen: Os que ficavam lá, também precisavam do comércio...

Dirceu: Sim, por isso que ele deixou algo também até o final. Foi uma das últimas famílias a sair de lá⁶¹.

Assim, seu tio que teve um bom acordo com Itaipu, manteve seu comércio nesta localidade que seria totalmente alagada, mesmo que tivessem ficado apenas poucas famílias. Ora, pode-se entender que estas pessoas que continuavam a viver ali, mesmo sabendo que tudo seria submerso após a construção da represa, ainda não tinham conseguido negociar com os funcionários da Usina, e conseqüentemente muitos não tinham o dinheiro para comprar terras em outros lugares. O preço das terras na região subiu consideravelmente, afinal a procura se tornava cada vez maior, sendo assim seria muito difícil conseguirem se instalar nas proximidades, e o prazo para saírem ia ficando cada vez mais curto. Pode-se tentar entender quais as razões que levaram o tio do entrevistado a decidir manter seu comércio nesta localidade aberto, sendo um dos últimos a deixar o lugar. Talvez em nome da “boa relação que tinha com seus clientes” como narra o senhor Dirceu em outra passagem citada anteriormente, ou ainda para arrecadar os lucros gerados por seu estabelecimento comercial até o final do processo das expropriações.

Para o senhor Remídio, todo este período em que os negociadores de Itaipu faziam as propostas aos moradores que seriam atingidos, além de conturbado foi também o tempo em que muitas pessoas puderam tirar algum proveito da situação para conseguir mais dinheiro. Segundo ele:

Remídio: As pessoas sofreram muito, perderam muita coisa...porque ali teve que sair de uma hora prá outra, você não podia fazê um financiamento, não podia fazê nada. O...simplesmente o que você não tirou até ali, a água veio e ficou tudo debaixo da água.E algumas pessoas interesseiras também na época, se aproveitando da falta de informação...esta questão de ter vendido a terra um pouco antes de...saí a greve lá...assim e coisa e tal, também, né, depois essa pessoa que comprou a terra ganhou 50% em cima, né.

Karen: Então teve gente que fez dinheiro, sim.

Remídio: Então teve. Teve muita gente que...se aproveitou da inocência, né, da... Tem gente que foi indenizado a casa, né, duas vezes, porque eles pegavam, quando foi indenizado aqui...como eles indenizavam salteado ...dava tempo de...numa semana arranca a casa daqui e construí lá...que nem Santa Inês, vamos supor , ou Itaipulândia, ou Missal...daí recebia de novo .

Karen:Arranca , né...

Remídio: Aqui também aconteceu isso, no Itavó, que eu sei casas que foi indenizado duas veis⁶².

⁶¹ BALEN, Dirceu. Entrevista concedida em 07 de maio de 2011. Realizada por Karen Loraine Kraulich nas dependências da residência do entrevistado em Itaipulândia - PR.

⁶² BARTH, Remídio. Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2011. Realizada por Karen Loraine Kraulich nas dependências da residência do entrevistado no distrito de São José do Itavó, Itaipulândia – PR.

Como as indenizações eram feitas de forma “salteada”, ou seja, não faziam as negociações em uma localidade só por vez, mas sim de forma aleatória, o que de certa forma impossibilitava que os vizinhos conversassem sobre preços, fizessem comparações e que pudessem, por ventura, unidos, contestar aquilo que vinha sendo imposto como “preço justo” pelos funcionários de Itaipu. Desta forma, o entrevistado conta que muita gente comprava as terras dos moradores para posteriormente negociar os preços da indenização, lucrando até 50% acima do valor pago por elas.

Explica também que muitos arrancavam suas casas de uma propriedade e a levavam para outra, a fim de receberem a indenização das benfeitorias duas vezes. Chama atenção para a falta de informação e a “inocência” dos moradores que seriam atingidos, que não sabiam exatamente o que iria acontecer, quando seriam indenizados e para onde ir depois disso. Não se pode deixar de apontar que de fato, muitas pessoas não eram suficientemente informadas durante todo este processo e saíram, de certa forma, bastante prejudicadas, porém não se pode tomar este fato como único, hegemônico. Como o senhor Remídio mesmo aponta, muitos atingidos souberam tirar algum proveito desta situação, arrancando casas, comprando terras e negociando por valores mais altos, portanto nem todos podem ser considerados inocentes e desinformados, embora se acredite que estes tenham sido a grande maioria.

Como já mencionado, muitos moradores que seriam atingidos não conseguiram entrar em acordo com Itaipu, permanecendo até os momentos finais do processo de expropriações em suas propriedades. O senhor Jair Hendrikson, veio de Curitiba para a região no ano de 1971, seu pai veio antes, em 1959 para conhecer o lugar, fazer a primeira casa e depois buscar a família. O processo entre seu pai e os funcionários de Itaipu se deu de forma difícil, bastante complicada. A entrevista foi realizada com ele e sua esposa a senhora Jurema no ano de 2009. O senhor Jair descreve estes acontecimentos da seguinte forma:

Karen: A gente queria saber, como foi essa relação entre vocês e o pessoal da Itaipu quando eles chegaram, os interesses deles quando chegaram pra tratar desta questão de sair das terras, se aconteceu isso com vocês, de ter que sair ou com seus familiares. A história do seu pai, da família de vocês, com a chegada desse pessoal.

Jair: Aí... Chegaram assim falando acho que era tudo normal construir essa usina, mas... construir até tinham direito de construir, só que, eles tinham que paga o que a benfeitoria e as terras valiam, né! Meu pai propôs uma proposta de, deles dá outra terra, outra terra em lugar dessa né que essa aí ia ser alagada, e... só que não teve acordo né. Eles não tiveram assim, que eles achavam que o que eles diziam tava, era certo né, a palavra deles é, e meu pai acho que, que aquilo era muito pouco, já que nós viemos na época que, ele foi vindo, que era sertão mesmo né na época... Então ele achava muito pouco aquela oferta né, então guentou até o fim... nós fomos aí, no final mesmo que, fomo despejado, eu que não tinha capital mas tinha família em

cima né, que era tudo do meu pai na época né, nós tava com três criança, uma tava com oito dia...⁶³.

Na fala do entrevistado encontra-se novamente a questão da valorização do período em que chegam à região, que, segundo ele, era “sertão”, sendo este um dos motivos de seu pai não conseguir entrar em acordo com os negociadores de Itaipu a respeito do preço das terras, pois aponta que para, além disso, havia o valor do trabalho que tinha sido feito, do “mato derrubado”. Fala também que seu pai queria outra terra, no lugar da que ficaria alagada e que esta proposta foi negada, o que geraria mais conflitos. Descreve também, neste trecho de forma mais sucinta e mais detalhadamente ao longo da entrevista, que sua família foi despejada, por não terem entrado em um acordo em tempo hábil para negociações.

É importante mencionar que durante esta entrevista, o senhor Jair permaneceu bastante nervoso, com lágrimas nos olhos durante algumas falas, que podem ser entendidas como, mesmo após 30 anos estas experiências que ele e seus familiares viveram possuem significados muito fortes, e por esta razão ele ainda se sente triste ao falar delas. O entrevistado conta que narrar deste assunto até hoje é difícil e que evita conversar sobre isto com pessoas desconhecidas. Sua esposa, durante vários momentos, assume a palavra, assim como a senhora Olinda, acredita-se que no intuito de mostrar que ela, a mãe, é quem conserva a memória da família e que tem condições de contá-la.

O ponto da entrevista que deixou o senhor Jair mais nervoso, foi justamente o despejo que sofreram, por não terem feito o acordo sobre o valor das terras que seriam alagadas. Nas palavras do entrevistado:

Jair: Nove dia nós, tinha ido leva ela, daí quando eles entraram que eles tavam invadindo aí, nós tinha chegado, tava chegando do hospital de São Miguel do Iguazu com ela que tinha ido tira os ponto, aí já tavam tudo aí já acampado por aí e... Já derrubando... Daí a gente ainda até chego ali... Eles tavam descobrindo já eram pessoas tão incompetentes que descobrindo as casa e as telha, tirando de baixo pra cima né, e a gente deu uma gozadinha, a Dra. Marisa fico braba né, fico muito furiosa na hora (risos), que nós começava cobri de baixo pra cima, e descobri de cima pra baixo né, eles tinham uma pessoal ali que acho que não entendiam nada que tavam ali só pra ganha, porque de baixo pra cima não podia tira telha porque se não começa tira do jeito que ela é colocada não... Então eles, a Dra. Marisa né que era chefe naqueles dia ali, que era o Dr. Marcos e a Dra. Marisa, quem tava chefiando aquele dia era a Dra. Marisa, uma muié muito feroiz, digamo assim no pronunciamento né, boa pro, pro governo né, porque pessoas que, mas pra gente ela era bastante difícil. Aí joga a gente dali 30 dias eu acho que foi... jogaramnóis na rua que daí foi os dia que daí, primeiro eles começaram mexê... aí... é dia 12 de outubro, deixa só faze uma conta aqui, dia 12 de outubro foi o dia que eles botaram fogo né,

⁶³ HENDRIKSON Jair; HENDRIKSON, Jurema. Entrevista concedida em agosto de 2009. Realizada por Karen Loraine Kraulich e Rúbia Mara Tadiotto nas dependências da residência dos entrevistados no distrito de Esquina Gaúcha, Itaipulândia – PR.

no resto que sobro né... Aí jogaram nós aqui em cima né, nós fiquemo sem casa, sem nada, ai foi difícil é ...é... É difícil até de hoje fala, eu faiz 30 é, 27 anoma é difícil de fala hoje ainda com tudo o que eu cresci to... Bem mesmo, situação financeira não tá ruim mas é difícil porque foi humilhante, muito humilhante isso é... e eles hoje né, então o que a Itaipu faz pra colabora, acho que aquelas coisa, joga dinheiro nas prefeitura, joga dinheiro naquilo, então aí pro povo aqui de hoje a Itaipu é uma mãe, mas o que ela fez lá atrás aquilo ninguém é... aquilo eles abafa né não querem nem sabê. Eu tô hoje entre o INCRA, são acho que faz 19 ano que eu requeri esse pedacinho de terra aqui que meu pai não quis requere, que o meu pai disse que não queria, diz que queria ou tudo ou nada, que daí não quis que daí veio a falece, faz 19 que eu requeri e eu não peguei ainda o título dessa terra por modo dessas questões que tá enrolada, então é o INCRA não sei se acho, que... Que quer judiar mais, que mato meu pai, decerto o filho também incomoda, então, porque não tem... Se eu requeri eu acho que 1 ano, 2 ano ela tinha que sai né, e até hoje aí. A Itaipu tem uma parte lá nem sei como é que ta, uma hora diz que já, querem acho, como é que se fala... Que fique daí pro governo né, só que da minha parte eles pode fica... Eu acho que eles tem direito porque, são pobre memo né... (Risos)

Jurema: Pobre em alma e espírito.

Jair: Ee... de gente humana não tem nada né, isso é... (Silêncio)⁶⁴

Para ele, a situação em questão, do despejo, é relatada como “humilhante”, uma vez que suas benfeitorias foram sendo desmontadas, sua família “jogada na rua” e o resto das coisas foram queimadas. Posteriormente, fala do pedaço que terra que restou, que até hoje não conseguiu a escritura junto ao INCRA, segundo ele devido a estes problemas com Itaipu. O entrevistado ironiza a situação quando diz que a escritura da sua propriedade não sai porque querem que ela fique para o governo, já que “eles são pobres mesmo”. Porém, mesmo procurando dar risada, é visível que o senhor Jair permanece nervoso, talvez usando o riso para tentar disfarçar o real estado em que se encontra. Por fim, faz-se silêncio quando ele e sua esposa afirmam que os funcionários de Itaipu que fizeram o despejo e posteriormente o governo que segundo eles ficaria com suas terras, não teriam nada de humanidade. Neste momento, o casal fica calado, até que é feita outra pergunta, que muda a direção da conversa.

Nota-se que, das entrevistas realizadas para esta pesquisa, esta se torna praticamente a mais interessante, uma vez que traz muitos elementos acerca dos significados da memória, e de como os sentidos do passado tem repercussão na vida dos sujeitos ao longo do tempo. Importante informar que nas outras entrevistas produzidas, citadas ao longo deste capítulo, todos os entrevistados, sem exceção, mencionaram o caso do senhor Jair, quando lhes foi perguntado sobre as negociações com Itaipu, indicando que este era um dos casos mais complicados que haviam ocorrido na região do atual município de Itaipulândia.

⁶⁴ HENDRIKSON Jair; HENDRIKSON, Jurema. Entrevista concedida em agosto de 2009. Realizada por Karen Loraine Kraulich e Rúbia Mara Tadiotto nas dependências da residência dos entrevistados no distrito de Esquina Gaúcha, Itaipulândia – PR.

A área total da propriedade do pai do entrevistado era de 78 alqueires, sendo que 70 ficaram submersos após a construção da barragem. A família do senhor Jair permanece no que restou destas terras, ou seja, 8 alqueires, dos quais afirma não ter escritura até hoje, devido aos problemas que tiveram com Itaipu. A senhora Jurema, quando toma a palavra para si durante a entrevista, procura de certa forma, destacar alguns fatos que seu marido não havia contado, na intenção de mostrar que ela, como mãe de família, não tem problemas em narrar tais acontecimentos. Pode-se entender melhor esta questão, observando o seguinte trecho da entrevista:

Jurema: E ele não falo nada ainda, porque ele, ele perdeu um irmão na água por causa, por causa de... De terra pra trabalha, e o irmão dele foi pesca e morreu na água pescando nesse lago, nesse maldito lago da Itaipu e...

Jair: Mas tem a parte boa do lago, da, dá energia gera energia, só que tem que respeita as pessoas né.

Jurema: Por falta de terra pra trabalha ele tinha braço, ele era um homem forte, só que morreu na água com 51 ano, por falta de terra pra trabalha, por causa que a Itaipu robo tudo, que a Itaipu robo, não foi que ela desaproprio muita gente mas a nossa foi robada... E vocês pode vim aqui, digo hoje digo amanhã, digo ano que vem digo daqui 6 ano 10 ano 20 ano, a mesma palavra, eles robaram... Robaram a terra e a minha saúde e robaram a vida do irmão dele, do pai dele e da mãe dele... Do meu marido. Jorge Hendrikson morreu de infarto por causa do desgosto da Itaipu, Maria Correia Hendrikson morreu de infarto por causo da Itaipu, de desgosto e o Jairo morreu na água por causa de não te terra pra trabalha foi trabalha de pesca, pesca e daí um vento forte do sul, ele morreu. E eu se quise eles pode procura que eu tô aqui pra, eu digo o dia que for preciso dize eu digo e se quiserem me prende que me prendam porque... Não... A verdade tem que ser dita... E nóistamo aqui, eu tenho problema de saúde, não posso mais trabalha por causa da Itaipu, por causa que eu tinha uma criança de 9 dias e a Itaipu chego fazendo arruaça e despejo e quebrando casa e botando fogo... E meus filho não tão perto de mim, tão longe de mim hoje mora dois em Guarapuava, um em Foz do Iguaçu, tão tudo fora por causa da Itaipu também porque se a Itaipu não tomasse as terra eles tariam perto de mim, mas por causa da Itaipu eles tão tudo longe, graças a Deus todos eles com faculdade, mas tão longe de mim, não tão perto... Então quando eles podem vim traze os neto pra vó vê eles traiz e quando não pode fiquem longe... E ...e ... nós graças a Deus conseguimos em cima desse pedacinho tê uma casa graças a Deus boa, só que eu não consigo não tenho saúde nem pra lava uma casa mais, nem pra passa um pano na casa eu tenho saúde... Se eu não tivesse a ajuda da família pra fazê eu não conseguia fazê mais, não consigo fazê mais, então é uma coisa assim...

Tô a baixo de remédio depressão fortíssimo, tomo 12 tipo de remédio, por dia e, e médico direto, tô encostada por causa da, da Itaipu que tudo isso aí se gero por causa da Itaipu, os meus problema de saúde foi da Itaipu...e nem me aposenta eles não me aposentam, que se o governo ainda fosse coisa que me aposentasse então, porque eu to 8 anos encostada e não consegui aposentadoria até hoje, só vão prolongando o meu encosto e não me aposentaram até hoje e e... eu não tenho condições de trabalhar mais... não tenho mais condições...⁶⁵.

⁶⁵ HENDRIKSON Jair; HENDRIKSON, Jurema. Entrevista concedida em agosto de 2009. Realizada por Karen Loraine Kraulich e Rúbia Mara Tadiotto nas dependências da residência dos entrevistados no distrito de Esquina Gaúcha, Itaipulândia – PR.

Nesta narrativa da senhora Jurema, pode-se perceber muitos significados atribuídos ao passado vivido por ela e seus familiares e que tem repercussão em sua vida ainda hoje, 30 anos após estes acontecimentos. Ela assume a fala do seu marido e destaca alguns acontecimentos, como a morte do seu cunhado e dos sogros, que o senhor Jair não falou durante a entrevista, possivelmente por se tratar de seus familiares e ele se sentir pouco a vontade ao falar em nome deles. A entrevistada atribui à culpa destas mortes na família à Usina Hidrelétrica de Itaipu, por terem “despejado” eles de suas terras e em seguida queimado o que havia restado de benfeitorias no local. Além das mortes, a senhora Jurema aponta Itaipu como culpada por seus problemas de saúde, pelo transtorno que causaram a ela e aos familiares quando estava de “resguardo” com um bebê de apenas 9 dias. Torna-se complicado analisar esta fala, à medida que muitos dos sentimentos da entrevistada estão presentes, sentimentos como mágoa, frustração pela forma como os fatos ocorreram e acima de tudo, a atribuição da culpa à Itaipu, pelos problemas que sua família enfrenta há cerca de 30 anos. Neste sentido, a memória dos sujeitos precisa ser problematizada, é necessário que se reflita sobre o que é dito durante uma entrevista, pois as atribuições de sentidos, significados são muito fortes e variam de acordo com cada pessoa, a memória é individual e social, mesmo que os fatos tenham sido vivenciados de forma coletiva, cada um atribui a ela os sentimentos que para si fazem sentido.

Torna-se complicado afirmar que tais mortes realmente aconteceram pela falta da terra, como a entrevistada aponta que seu cunhado morreu pescando, pois não tinha terra para trabalhar, então ganhava dinheiro como pescador. Coloca também que os pais do senhor Jair teriam morrido de desgosto, após verem suas terras sendo alagadas e não terem recursos para reconstruir tudo que tinham. Talvez a senhora Jurema aponte Itaipu como culpada pelos males que sofreu a família de seu marido para que tenham justamente alguém para acusar, para culpar pelas dificuldades, tirando de si qualquer sentimento de frustração, de perdas. Assim a família não precisa se preocupar com o que por ventura não deu certo, pois o culpado já existe, Itaipu. Obviamente não se pode minimizar os conflitos que existiram entre o pai do senhor Jair e os funcionários da Usina encarregados das negociações, e o quanto estes acontecimentos afetaram toda a família, por mais de 30 anos.

O senhor Jair afirma que depois de todas as dificuldades que viveu, no período em questão, não quer ter seus filhos trabalhando e vivendo da terra, pois para ele, não valeria o esforço. Em suas palavras:

Jair: Com certeza, porque hoje pra mim fala já é difícil, só fala, quem dirá eu mexe nisso... só fala... Porque que eu não quero meus filho na roça, por causa disso, que eu vim, muito pequeno, eu era pra ser um cara respeitado aqui nesse lugar, e respeito nunca tive, então, pra que se colono, se o cara não.. não...então...eu sou um cara pra se colono, porque eu não... não... me trato assim em outro lugar mais, os filho já fui ajeitando, cada um se vira, e se alguém daqueles que nem essa Dra. Marisa tem filho, neto, bisneto que bote trabalha no meu lugar, que ela que é, se é tão bom, se é tão bom, entra no meu lugar pra ver... nuncatrabaio... Porque agora hoje, ela não tem mais maneira, porque se ela fosse paga, a morte do meu pai ela não paga nunca, a morte do meu irmão não paga nunca então da minha mãe...não tem, não tem lógica, porque isso ali surgiu dali, então é coisas que não...⁶⁶.

Percebe-se aqui o valor que possui para o entrevistado o termo “colono”, que para ele, deveria ser alguém respeitado, e que este respeito ele nunca conseguiu. Neste sentido, não quer que seus filhos trabalhem “na roça”, pois não adianta ser um colono e não ser respeitado. Nota-se que o senhor Jair demonstra certo cansaço em lidar com a terra, porque acredita que nada que faça irá consertar o passado, neste caso a morte de seus pais e seu irmão. Este cansaço pode ser fruto da frustração do entrevistado, ao perceber que a figura que sempre desejou ser, o “colono respeitado”, reconhecido pelas pessoas da vila, da cidade, não se tornou uma realidade para ele, portanto, não faz sentido que seus filhos continuem com seu trabalho. Eles devem procurar viver suas vidas na cidade, longe dos problemas do campo que ele e seu pai enfrentaram durante tanto tempo. Cita ainda a Dra. Marisa, advogada de Itaipu na época das expropriações, mostrando que as ações desta mulher permanecem presentes de maneira significativa em suas lembranças.

Assim como os demais entrevistados, o senhor Jair também afirma que o processo de expropriações não se deu de forma igual para todos. Segundo ele:

Jair: A maioria né, muita gente foi, outras se deram bem, uns 10% se deram bem e 90% se quebraram né, porque a maioria quebro, não precisa, pode, se fosse que eles fizessem uma pesquisa hoje daquelas pessoa que foram indenizada tem bem pouquinha quem tem alguma coisa...⁶⁷.

Grande parte das pessoas que foram atingidas, para o entrevistado “se quebraram” e aqueles que conseguiram de certa forma fazer um negócio considerado bom com Itaipu, cerca de 10% do total, atualmente a maioria já está praticamente sem nada. Se for esta a realidade, pode ser explicada pelo fato de que muitos dos atingidos não contavam com informações suficientes a respeito de terras que poderiam ser compradas, de quanto realmente valiam as propriedades

⁶⁶ HENDRIKSON Jair; HENDRIKSON, Jurema. Entrevista concedida em agosto de 2009. Realizada por Karen Loraine Kraulich e Rúbia Mara Tadiotto nas dependências da residência dos entrevistados no distrito de Esquina Gaúcha, Itaipulândia – PR.

⁶⁷ Idem.

que tinham. Outro fator importante a ser considerado é que muitas destas pessoas não trabalhavam com dinheiro, apenas quando vendiam seus produtos e o dinheiro já tinha o destino certo para quando o recebiam, entre pagamento de dívidas e investimentos nas próximas plantações. Desta forma, ao receberem grandes quantias de dinheiro pela indenização das terras, e como normalmente não eram obrigados a sair de suas propriedades de imediato, gastavam o que recebiam em outras coisas, e quando precisavam mudar, já haviam gasto grande parte da quantia que Itaipu havia pago.

Pode-se concluir então, que todo este processo envolvendo atingidos e funcionários de Itaipu responsáveis pelas negociações e pagamento das indenizações foi repleto de conflitos, problemas e disputas, muitos deles permanecem na memória dos sujeitos de forma bastante significativa ainda hoje. Pode-se perceber que muitos expropriados conseguiram acordos muito bons, comprando quantias bem maiores de terras do que possuíam antes do alagamento. Já outros, a grande maioria, não conseguiu o referido “preço justo”, e atribuem à construção da Usina a responsabilidade por alguns problemas enfrentados por seus familiares, ou de todos os problemas, dependendo do sentido que este passado tem para cada pessoa.

O uso da fonte oral foi de grande utilidade para esta pesquisa, uma vez que mostrou diferentes versões para um mesmo acontecimento, versões estas que não se encontra em nenhum livro ou documento encarregado de guardar a História Oficial do município. Importante lembrar que estes acontecimentos se deram mais de uma década antes de Aparecidinha do Oeste ser emancipada e ser chamada de Itaipulândia, porém foi em grande parte devido a eles que esta vila foi recebendo moradores e comerciantes, que futuramente contribuiram para o processo de emancipação do local. Também é preciso considerar que o município, quando foi criado, em 1992, passou a receber muito dinheiro em função do alagamento de todo este território, alagamento este que gerou todo este processo de disputas, analisado ao longo deste capítulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de evidenciar que a memória de um lugar, neste caso Itaipulândia, não pode ser construída e muito menos ser apropriada por alguns sujeitos, que a detêm e a reformulam unicamente de acordo com interesses de uma minoria. O passado e seus significados não devem ser preservados apenas em museus, em jornais ou no livro que “conta a História da cidade”, ele deve estar presente no cotidiano de seus moradores, nas relações sociais, culturais estabelecidas ao longo do tempo.

Buscou-se aqui apontar que a história não se resume a datas importantes e muito menos à figura de heróis, pessoas idealizadas como exemplos a serem seguidos, como, neste caso, a imagem do “colono”. Os sujeitos são donos do seu próprio passado, e cada um com as experiências vividas estão inseridos em uma memória social, e devem ser reconhecidos por isto. A ideia do “colonizador” resume a trajetória de vida de centenas de pessoas a uma história comum, na qual muitas vezes precisam se esforçar para se reconhecerem e serem reconhecidos. Pôde-se perceber estas questões durante algumas entrevistas produzidas, nas quais os entrevistados procuram valorizar suas ações e as de suas famílias, talvez no intuito de mostrarem um diferencial, frisando acontecimentos que julgam merecer reconhecimento, respeito e principalmente admiração.

Longe de ser esta uma pesquisa conclusiva, muitas outras questões em comum podem ser pensadas e estudadas acerca da memória da cidade e das narrativas de alguns de seus moradores sobre o passado das expropriações de Itaipu. Mas acredita-se que este estudo é válido à medida que buscou, não só ouvir estes sujeitos, interpretar os sentidos que dão ao passado, mas, principalmente, por abrir novos horizontes para estes acontecimentos, que já foram tão estudados ao longo do tempo. Interessante pensar que por mais que os anos passem, estes acontecimentos permanecem presentes de maneira muito forte nas lembranças de tantas pessoas e também na história dos municípios atingidos.

Também se julga importante destacar aqui a tentativa de distorcer um pouco esta construção da memória da cidade, apontando o “colonizador” como principal personagem deste passado, ocultando todos os demais sujeitos que estão inseridos nesta história. Não se pode pensar em uma memória social, quando se exclui as pessoas deste processo, ou as simplifica na figura de um sujeito, no caso, o “colono”. Para que as pessoas reconheçam a memória de um lugar como parte de suas trajetórias de vida, elas precisam, primeiramente, se ver inseridas dentro dela, caso contrário este passado se torna sem sentido.

FONTES

SCARPATO, R.; BÖHM, I. B. **Itaipulândia: Seu povo, sua origem, sua história.** Itaipulândia: Edição do Autor, 2006.

ENTREVISTAS:

BALEN, Dirceu. Entrevista concedida em 07 de maio de 2011. Realizada por Karen Loraine Kraulich nas dependências da residência do entrevistado em Itaipulândia - PR.

BARTH, Remídio. Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2011. Realizada por Karen Loraine Kraulich nas dependências da residência do entrevistado no distrito de São José do Itavó, Itaipulândia – PR.

BRUCH, Élio. Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2011. Realizada por Karen Loraine Kraulich nas dependências da residência do entrevistado em Itaipulândia - PR.

DALOSTO, Antonio; DALOSTO Olinda. Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2011. Realizada por Karen Loraine Kraulich nas dependências da residência dos entrevistados no distrito de Jacutinga, Itaipulândia - PR.

HENDRIKSON Jair; HENDRIKSON, Jurema. Entrevista concedida em agosto de 2009. Realizada por Karen Loraine Kraulich e Rúbia Mara Tadiotto nas dependências da residência dos entrevistados no distrito de Esquina Gaúcha, Itaipulândia – PR.

JORNAIS - HEMEROTECA:

FOLHA DE LONDRINA. Órfãos da Itaipu – Prefeitura ameaça fechar portas. s/d, 1993. s/p. Arquivo da “Casa da Memória”, Itaipulândia.

FOLHA DE LONDRINA. Itaipulândia tem “fartura com royalties”. 27 de dezembro de 1992. s/p. Arquivo da “Casa da Memória”, Itaipulândia.

O ESTADO DO PARANÁ. “Administrar Itaipulândia é um sonho de muitos – o município recém-criado tem um super-orçamento e não tem problemas”. 12 de outubro de 1992. s/p. Arquivo da “Casa da Memória”, Itaipulândia.

O PARANÁ. “Itaipulândia investe no Parque de Máquinas”. 23 de maio de 1993. s/p. Arquivo da “Casa da Memória”, Itaipulândia.

SITES:

ITAIPU BINACIONAL. Nossa história. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/nossa-historia>> Acesso em: 20 de maio de 2011.

ITAIPU BINACIONAL. Responsabilidade. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties>> Acesso em: 20 de maio de 2011.

ITAIPU BINACIONAL. Energia. Disponível em <<http://www.itaipu.gov.br/energia/reservatorio>> Acesso em: 20 de maio de 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA. Disponível em <<http://www.itaipulandia.pr.gov.br>> Acesso em: 12 de agosto de 2011

MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA. Terra de gente que faz! Administração 2001-2004. Arquivo da “Casa da Memória”, Itaipulândia.

REFERÊNCIAS

BOSI, A.; VARUSSA, R. J. Trabalho e movimentos sociais: refletindo sobre o compromisso social do historiador. **Tempos Históricos**. Marechal Cândido Rondon, v. 12, p. 183-191, 2008.

_____; _____. Trabalhadores e trabalho no Oeste do Paraná: trajetórias de pesquisa. In: BOSI, A. et al. **História, poder e práticas sociais**. Marechal Cândido Rondon, PR: Edunioeste, 2006.

_____; _____. Trabalho e movimentos sociais: refletindo sobre o compromisso social do historiador. **Tempos Históricos**. Marechal Cândido Rondon, v. 12, p. 183-191, 2008.

_____; _____. O trabalho em disputa. In: PORTELLI, A. et al.; VARRUSSA, J. R. (org.). **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea**. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2009. p. 27-52.

CALVO, C. R.; CARDOSO, H. H. P.; ALMEIDA, P. R. **Trabalho e movimentos sociais: histórias, memórias e produção historiográficas**. In: CARDOSO, H. H. P.; MACHADO, M. C. T. (orgs.). **Histórias: narrativas plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 9-38.

CHESNEAUX, J. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

KHOURY, Y. A. Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores. In: PORTELLI, A. et al.; VARRUSSA, J. R. (org.). **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea**. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2009. p. 123-140.

_____. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004. p. 116-138

LANGARO, J. F. **Para além dos Pioneiros: Outras histórias do Oeste do Paraná**. 2006. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia/MG, 2006.

MASSEI, R. **A construção da Usina Hidrelétrica de Barra Bonita e a relação homem-natureza: vozes dissoantes, interesses contraditórios – (1940-1970)**. 2007. Tese. (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo/SP, 2007.

MORAES, M. S. M. O Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai e a ação político-educativa dos mediadores. **Revista Brasileira de Educação**. n.1. Jan/Fev/Mar/Abr, 1996.

PORTELLI, A. **A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais.** Tempo, Rio de Janeiro: UFF, Vol.1 n°. 2, 1996.

_____. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias.** São Paulo: Editora Olho d’Água, 2004.

SCHMITT, J. V. **Os atingidos por Itaipu: história e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000.** 2008. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/PR, 2008.

VENCATTO, R. N. **“Mas com isso a gente começou duas vezes no meio do mato”: Memórias dos Desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu (Oeste do Paraná, 1970-2009).** 2010. Dissertação. (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon/PR, 2010.